



Oliveira do Bairro câmara municipal



**Oliveira
do Bairro**
NO CORAÇÃO DA BAIRRADA

PRESTAÇÃO DE CONTAS

2020



Relatório de Gestão

Índice

Nota Introdutória	5
1.º – Estrutura organizativa e Recursos Humanos	8
2.º – Execução e evolução das rubricas orçamentais.....	11
2.1 – Execução Orçamental	11
2.2 – Princípio do Equilíbrio.....	14
2.3 – Receita	15
2.4 – Despesa	20
2.5 – GOP – Grandes Opções do Plano	24
2.6 – Custos associados à Pandemia de COVID-19.....	29
3.º – Evolução da Situação económica e financeira	30
3.1 – Análise ao Balanço.....	30
3.2 – Demonstração de resultados.....	34
4.º – Dívida do Município	37
4.1 – Limite da dívida	37
4.2 – Prazo médio de pagamento.....	39
5.º – Apresentação de Indicadores de Gestão.....	40
5.1 – Rácios de Estrutura da Receita e Despesa	40
5.2 – Indicadores e Rácios Patrimoniais	41
6.º – Outros Factos Relevantes Verificados após a Data de Relato	42
7.º – Proposta de aplicação do Resultado	43
Conclusões	44



Índice Tabelas

Tabela I – Rácios de Gestão de Recursos Humanos	10
Tabela II – Execução Orçamental	11
Tabela III – Evolução dos Valores Executados nos últimos 5 anos	12
Tabela IV – Evolução do Grau de Execução Orçamental nos últimos 5 anos	12
Tabela V – Saldos Orçamentais (normativo anterior)	12
Tabela VI – Saldos Orçamentais (SNC-AP).....	13
Tabela VII – Rácios de Receita/Despesa	14
Tabela VIII – Aferição da Regra do Equilíbrio Orçamental	14
Tabela IX – Variação na receita 2019 – 2020	15
Tabela X – Rubricas da Receita	16
Tabela XI – Evolução dos valores executados por rubrica de receita	17
Tabela XII – Participação nos Impostos do Estado	18
Tabela XIII – Impostos Diretos	19
Tabela XIV – Variação na despesa 2019 – 2020	20
Tabela XV – Rubricas da Despesa.....	21
Tabela XVI – Evolução dos valores executados por rubrica de despesa	22
Tabela XVII – Evolução dos principais grupos de transferências para terceiros	23
Tabela XVIII – Grau de Execução das GOP	24
Tabela XIX – Grau de Execução do PPI	25
Tabela XX – Grau de Execução do PAM	25
Tabela XXI – Reporte de Informação sobre COVID-19 no SIAL	29
Tabela XXII – Evolução dos valores do Balanço.....	30
Tabela XXIII – Balanço	33
Tabela XXIV – Evolução dos valores da Demonstração de Resultados	35
Tabela XXV – Demonstração de Resultados	36
Tabela XXVI - Apuramento da Dívida Total.....	37
Tabela XXVII – Amortização Média.....	37
Tabela XXVIII – Limite da dívida	38
Tabela XXIX – Aferição da margem disponível por utilizar a 31 de dezembro	38
Tabela XXX – Rácios de Estrutura da Receita e Despesa	40
Tabela XXXI – Rácios Patrimoniais	41



Índice de Gráficos

Gráfico I – Organograma da macroestrutura dos Serviços Municipais	9
Gráfico II – Receita Cobrada Líquida	11
Gráfico III – Despesa Paga	11
Gráfico IV – Evolução dos Saldos Orçamentais	13
Gráfico V – Evolução da receita	15
Gráfico VI – Estrutura da Receita	16
Gráfico VII – Evolução do valor executado nas principais rubricas de receita	17
Gráfico VIII – Estrutura da participação nos impostos do Estado	18
Gráfico IX – Estrutura dos Impostos Diretos	19
Gráfico X – Evolução da Despesa	20
Gráfico XI – Estrutura da Despesa	21
Gráfico XII – Evolução do valor executado nas principais rubricas de despesa	22
Gráfico XIII- Valor Executado das GOP por Objetivo	25
Gráfico XIV – Evolução do Grau de Execução das GOP	26
Gráfico XV – Evolução do valor executado das GOP	26
Gráfico XVI – Estrutura do Ativo	30
Gráfico XVII – Estrutura do Património Líquido	31
Gráfico XVIII – Estrutura do Passivo	31
Gráfico XIX – Evolução comparada de Ativo Tangível, Intangível e Participações e total do Ativo ..	31
Gráfico XX – Evolução do Passivo, Património Líquido e RLP	32
Gráfico XXI – Evolução de Custos e Perdas e de Proveitos e Ganhos	34
Gráfico XXII – Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais	34
Gráfico XXIII – Estrutura dos Proveitos e Ganhos Correntes	35
Gráfico XXIV – Evolução da margem disponível por utilizar	38
Gráfico XXV – Prazo médio de pagamentos	39



Lista de Abreviaturas e Siglas

AAF – Atividades de Animação e Apoio às Famílias
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais
DDORC – Demonstração de Desempenho Orçamental
DODES – Demonstração de Desempenho Orçamental da Despesa
DOREC – Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita
FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro
FSM – Fundo Social Municipal
GOP – Grandes Opções do Plano
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IUC – Imposto Único de Circulação
LEO – Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro
LOPTC – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei n.º 98/97, de 26 de agosto
NCP – Norma de Contabilidade Pública
PAM – Plano de Atividade Municipais
PPI – Plano plurianual de Investimentos
QA – Quartel das Artes, Dr. Alípio Sol
RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
RJAL – Regime jurídico das autarquias locais, estatuto das entidades intermunicipais, regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e regime jurídico do associativismo autárquico aprovado e publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
SIISAL – Sistema integrado de Informação das Autarquias Locais (plataforma gerida pela DGAL para o reporte de informação por parte dos municípios)
SISAL – Sistema de Informação para o Subsetor da Administração Local (plataforma gerida pela DGAL para o reporte de informação relacionada com o SNC-AP por parte dos municípios)
SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro
TC – Tribunal de Contas



Nota Introdutória

Em conformidade com o n.º 2 Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1, e para cumprimento do disposto na alínea a) do artigo 6.º e do n.º 7 do artigo 75.º, alínea c) do n.º 2 do artigo 79.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), conjugado com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) aprovado e publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Órgão Executivo deve apresentar ao Órgão Deliberativo os documentos de Prestação de Contas, nos quais se inclui um relatório de gestão que evidencie a situação económica, orçamental e financeira do Município, bem como salientar as atividades/investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo de cada exercício.

A entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, associado à Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, trazem consigo um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

Para tal, torna-se necessário, adaptar o presente documento por forma a que este permita, não só cumprir com as novas normas da Contabilidade Pública, como também, garantir a comparabilidade entre as demonstrações financeiras de períodos precedentes, cuja elaboração se baseou no referencial contabilístico imposto pelo POCAL.

A pormenorização e justificação das normas e políticas contabilísticas seguidas pelo Município, no que respeita à aplicação do novo normativo contabilístico (SNC-AP) encontram-se evidenciadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, as quais fazem igualmente parte da documentação para aprovação de contas.

O ano 2020, marca, assim, a implementação do novo normativo. Acresce a isto o facto de os documentos previsionais para o ano de 2020 terem sido elaborados ainda segundo as regras do POCAL, tendo a respetiva adaptação ao novo referencial sido feita no início de 2020

Desta forma, dada a complexidade do processo de transição entre POCAL e SNC-AP, a aplicação na íntegra da informação prevista na NCP 27, não foi implementado, carecendo, por conseguinte, de um período mais alargado para a completa adoção do SNC-AP

Na organização e documentação da prestação de contas em apreço foram ainda tidas em conta as seguintes disposições:

- a) Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) aprovado e publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e parte ainda em vigor da Quadro de competências, e regime de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias – Lei n.º 169/99, de 18 de setembro,
- b) Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro,
- c) Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em especial no que respeita às NCP 1, 26 e 27,
- d) Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro,
- e) Tendo em consideração que o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro não revogou os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do



orçamento, do Decreto -Lei n.º 54 -A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), foram estas normas igualmente tidas em consideração na parte que lhes seja aplicável, ¹

f) Instruções do Tribunal de Contas relativas à Prestação de Contas:

i) Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – LOPTC)

ii) Resolução n.º 2/2020, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 248/2020, 23 de dezembro de 2020 (“Prestação de contas relativas ao ano de 2020 e gerências partidas de 2021”);

iii) Despacho n.º 1/2019 — Secção do Tribunal de Contas – Área IX, relativo a “Prestação eletrónica de contas ao Tribunal de Contas, relativas ao exercício de 2018, pelas empresas locais, Município, freguesias, áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais, associações de Município e associações de freguesias, serviços municipalizados ou intermunicipalizados, entidades concessionárias ou gestoras de serviços públicos de entidades autárquicas, bem como, no que respeita às contas consolidadas, pelas entidades consolidantes dos grupos públicos locais”;

iv) Instrução n.º 1/2019 (Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas), publicada no Diário da República, 2.ª série, N.º 46, 6 de março de 2019.

Face ao exposto, e no cumprimento da lei, o presente documento constitui o Relatório de Gestão do exercício de 2020. Este integra e explicita a informação presente no conjunto de demonstrações financeiras e informa sobre as principais atividades, transações e eventos mais significativos ocorridos no Município, no ano de relato, em consonância com a sua missão e objetivos nos seus domínios de atuação.

Este evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pelo Município de Oliveira do Bairro e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

Os documentos de Prestação de Contas do ano 2020, foram auditados e certificados por revisor oficial de contas.

No presente Relatório de Gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Oliveira do Bairro no ano de prestação de contas e a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do Executivo.

Para tal, são abordadas as seguintes dimensões da atividade municipal:

a) Informação relativa à execução orçamental, que permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental;

b) A situação económica relativa ao exercício com a análise dos diferentes setores, nomeadamente no que respeita ao investimento, custos e proveitos;

c) Análise da situação financeira, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do balanço e da demonstração de resultados;

d) A evolução das dívidas de curto prazo, médio e longo prazo a terceiros nos últimos anos;

¹ Acresce a isto o facto de os documentos previsionais para o ano de 2020 terem sido elaborados ainda segundo as regras do POCAL, conforme instrução emitida pela Direção-Geral das Autarquias Locais, através do Ofício Circular n.º 1323/2019 de 23/09/2019, que dá conhecimento do entendimento da Comissão de Normalização Contabilística segundo o qual, os documentos previsionais das entidades do Subsetor da Administração Local para 2020, a elaborar em 2019, ainda serão preparados de acordo com o modelo do POCAL, havendo depois, a partir de 01 de janeiro de 2020, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP.



- e) Evolução da dívida a instituições de crédito;
- f) A evolução dos principais indicadores de desempenho orçamental, económico-financeiros, rácios de estrutura e de investimento.

Assim, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º RJAL, apresenta-se os Documentos de Prestação de Contas com vista a serem aprovados pela Câmara Municipal e submetidos à Assembleia Municipal para serem apreciados e votados.



1.º – Estrutura organizativa e Recursos Humanos

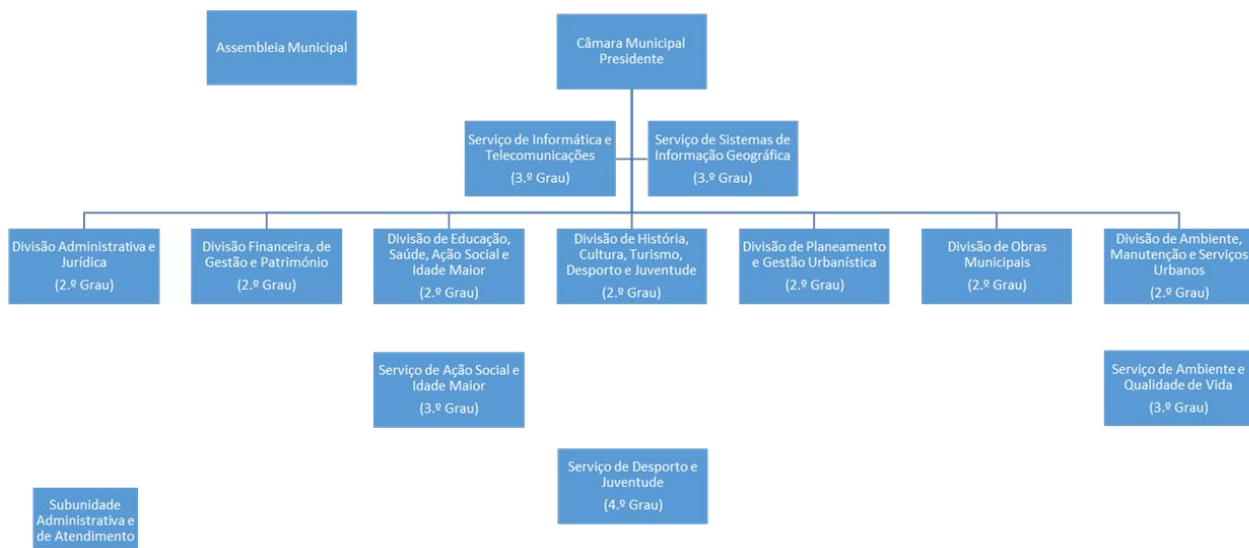
De acordo com a estrutura orgânica em vigor a 31 de dezembro de 2020, publicitada pelo Despacho n.º 3568/2019, na 2.ª Série do Diário da República n.º 62 — 28 de março de 2019 ¹, os Serviços do Município de Oliveira do Bairro encontram-se organizados internamente através de uma estrutura orgânica hierarquizada constituída por sete unidades flexíveis, de 2.º grau, no âmbito das quais se encontram adstritas subunidades orgânicas, cujo número e funções se encontram definidas no referido regulamento. As referidas unidades orgânicas flexíveis são as abaixo elencadas, encontrando-se as mesmas estruturadas no âmbito da organização dos serviços, de acordo com a representação gráfica (organograma) igualmente apresentado:

- a) Unidade Orgânica Flexível de 2.º grau Administrativa e Jurídica (Divisão);
- b) Unidade Orgânica Flexível de 2.º grau Financeira, de Gestão e Património (Divisão);
- c) Unidade Orgânica Flexível de 2.º grau Educação, Saúde, Ação Social e Idade Maior (Divisão), em cujo âmbito se inclui:
 - i) Unidade Orgânica Flexível de 3.º grau de Ação Social e Idade Maior(Serviço);
- d) Unidade Orgânica Flexível de 2.º grau de História, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude (Divisão), em cujo âmbito se inclui:
 - i) Unidade Orgânica Flexível de 4.º grau de Desporto e Juventude (Serviço);
- e) Unidade Orgânica Flexível de 2.º grau de Planeamento e Gestão Urbanística (Divisão);
- f) Unidade Orgânica Flexível de 2.º grau de Obras Municipais (Divisão);
- g) Unidade Orgânica Flexível de 2.º grau de Ambiente, Manutenção e Serviços Urbanos (Divisão), em cujo âmbito se inclui:
 - i) Unidade Orgânica Flexível de 3.º grau de Ambiente e Qualidade de Vida (Serviço);
- h) Unidade Orgânica Flexível de 3.º grau de Sistemas de Informação Geográfica (Serviço).
- i) Unidade Orgânica Flexível de 3.º grau de Informática e Telecomunicações (Serviço);

¹ Com as alterações efetuadas pelo Regulamento n.º 623/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 150, de 7 de agosto de 2019



Gráfico I – Organograma da macroestrutura dos Serviços Municipais



Fonte: Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (Despacho n.º 3568/2019)

Nos termos do número 4 do artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada e publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o Mapa de Pessoal do Município integra os documentos previsionais do Município.

A execução ao longo do ano das atividades relacionadas com a gestão de recursos humanos dá origem a um conjunto de indicadores que se encontram elencados no Balanço Social, cuja elaboração é obrigatória para todos os serviços da Administração Pública, com mais de 50 trabalhadores, por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro.

Atualmente, a obrigação de reporte por parte dos Município do Balanço Social é efetivada junto da DGAL, via plataforma SIIAL. É também igualmente nesta plataforma que são efetuados toda uma série de reportes relacionados com a gestão de recursos humanos nas autarquias.

Da análise de alguns destes reportes, nomeadamente, do já referido Balanço Social e do reporte de Despesas com o Pessoal, elaborou-se a seguinte tabela de indicadores:

A tabela seguinte reflete a evolução dos rácios dos Recursos Humanos nos últimos anos.



Tabela I – Rácios de Gestão de Recursos Humanos

	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
N.º Trabalhadores	249	270	261	268	282	
População	23.746	23.847	23.944	24.277	24.277	
$\frac{N.º \text{ Trab. } (n)}{N.º \text{ Trab. } (n - 1)}$	100,00%	108,43%	96,67%	102,68%	105,22%	
$\frac{\text{Desp. Pessoal}}{\text{População}}$	199,44 €/Hab.	204,75 €/Hab.	210,59 €/Hab.	215,39 €/Hab.	214,82 €/Hab.	
$\frac{\text{População}}{N.º \text{ trab.}}$	95 Hab./Trab.	88 Hab./Trab.	92 Hab./Trab.	91 Hab./Trab.	86 Hab./Trab.	
$\frac{\text{Desp. Pessoal}}{\text{Desp. Total}}$	29,81%	30,94%	33,29%	29,10%	30,38%	
$\frac{\text{Desp. Pessoal}}{\text{Desp. Corrente}}$	41,84%	46,90%	43,75%	46,76%	48,51%	
$\frac{\text{Desp. Pessoal}}{\text{Investimento}}$	235,06%	169,75%	251,46%	99,97%	106,43%	
$\frac{\text{Investimento}}{N.º \text{ trab.}}$	8.091,40 €/Trab.	10.653,48 €/Trab.	7.682,73 €/Trab.	19.516,46 €/Trab.	17.375,88 €/Trab.	
$\frac{\text{Receita Total}}{N.º \text{ Trab.}}$	69.126,74 €/Trab.	59.851,27 €/Trab.	61.667,36 €/Trab.	72.488,57 €/Trab.	72.359,75 €/Trab.	
$\frac{\text{Desp. Funcionamento}}{N.º \text{ Trab.}}$	39.378,30 €/Trab.	33.493,94 €/Trab.	38.433,87 €/Trab.	38.016,72 €/Trab.	33.633,89 €/Trab.	

Indicador	Fonte	Observações
N.º de Trabalhadores	Balanço Social (Quadro 1)	
Despesas com o pessoal	DDORC (Demonstração de desempenho Orçamental)	
População	INE (Estimativas da população)	Para o ano da prestação de contas o valor da população poderá ser o correspondente ao ano anterior, caso não tenham sido disponibilizadas as estimativas de população, por parte do INE
Despesas de Funcionamento	DDORC (Demonstração de desempenho Orçamental)	Inclui o total dos agrupamentos 01 (despesa com o Pessoal) e 02 (Aquisição de Bens e Serviços)
Investimento	DDORC (Demonstração de desempenho Orçamental)	

Tendo em consideração que as estimativas da população são publicitadas após a data de Prestação de Contas, os valores dos rácios que envolvam a população apresentados para o ano de relato, têm em consideração o valor do ano anterior. Por este motivo, os rácios que tenham em consideração aquele indicador, poderão diferir dos apresentados no Relatório do ano passado.



2.º – Execução e evolução das rubricas orçamentais

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados em operações orçamentais durante o exercício económico em análise, em termos globais e por tipologia de rúbrica orçamental.

2.1 – Execução Orçamental

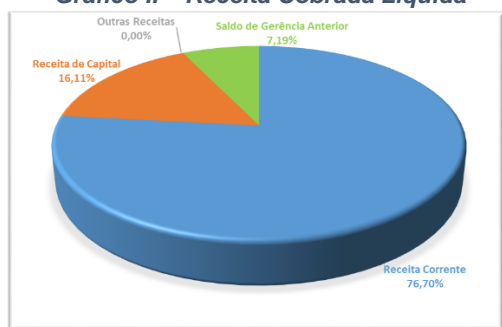
No quadro que se segue, apresentamos os valores das dotações orçamentais corrigidas, em termos de receita e despesa, assim como as respetivas taxas de execução orçamental.

Tabela II – Execução Orçamental ¹

Designação	Dotação Corrigida	Executado (*)	Grau de execução
Receita Corrente	€ 15.521.025,00	€ 15.651.106,15	100,84%
Receita de Capital	€ 5.760.103,00	€ 3.287.748,95	57,08%
Outras Receitas	€ 0,00	€ 0,00	0,00%
Saldo de Gerência Anterior	€ 1.466.593,02	€ 1.466.593,02	100,00%
Receita Total	€ 22.747.721,02	€ 20.405.448,12	89,70%
Despesa Corrente	€ 12.294.603,02	€ 10.749.958,89	87,44%
Despesa de Capital	€ 10.453.118,00	€ 6.415.290,32	61,37%
Despesa Total	€ 22.747.721,02	€ 17.165.249,21	75,46%

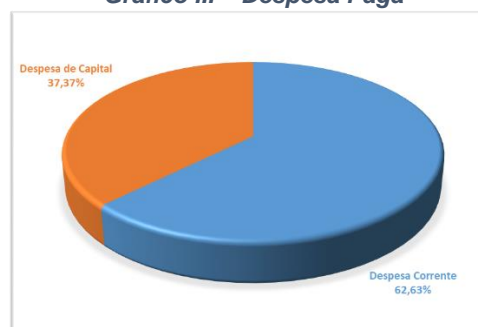
Fonte: Demonstrações de Desempenho Orçamental da Receita e da Despesa (DDORC, DOREC e DODES)

Gráfico II – Receita Cobrada Líquida



Fonte: DOREC

Gráfico III – Despesa Paga



Fonte: DODES

Dos valores apresentados, verifica-se que o total aprovado no Orçamento para o ano foi de € 22.747.721,02, sendo o total de receita cobrada líquida de € 20.405.448,12 e de despesa paga € 17.165.249,21.

O grau de execução orçamental da receita foi de 89,70 % (ano anterior – 89,07 %) e da despesa foi de 75,46 % (ano anterior 82,40 %), encontrando-se a evolução dos valores executados e do grau de execução evidenciadas nas tabelas seguintes:

¹ (*) Valores correspondentes à receita cobrada líquida e ao valor pago

Para efeitos de comparabilidade com períodos anteriores (cujo referencial contabilístico era o POCAL) os valores apresentados para a receita e despesa de capital incluem as componentes não efetivas, de acordo com como apresentado com a DOREC e a DODES

**Tabela III – Evolução dos Valores Executados nos últimos 5 anos ¹**

Valores executados	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Receita Corrente	€ 14.769.896,13	€ 14.117.066,42	€ 14.885.251,85	€ 15.304.195,55	€ 15.651.106,15	
Receita de Capital	€ 2.238.582,05	€ 689.476,90	€ 795.338,12	€ 3.136.401,07	€ 3.287.748,95	
Outras Receitas	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	
Saldo de Gerência Anterior	€ 204.079,95	€ 1.353.299,70	€ 414.589,75	€ 986.339,54	€ 1.466.593,02	
Receita Total	€ 17.212.558,13	€ 16.159.843,02	€ 16.095.179,72	€ 19.426.936,16	€ 20.405.448,12	
Despesa Corrente	€ 11.319.123,37	€ 10.411.480,46	€ 11.525.790,87	€ 11.182.313,80	€ 10.749.958,89	
Despesa de Capital	€ 4.567.975,71	€ 5.369.379,24	€ 3.620.757,95	€ 6.790.002,32	€ 6.415.290,32	
Despesa Total	€ 15.887.099,08	€ 15.780.859,70	€ 15.146.548,82	€ 17.972.316,12	€ 17.165.249,21	

Fonte: DODES e DOREC (valores da receita cobrada líquida e ao valor pago)

Tabela IV – Evolução do Grau de Execução Orçamental nos últimos 5 anos

Execução Orçamental (Dot. corrigida = 100)	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Receita Corrente	98,45%	98,29%	103,32%	105,99%	100,84%	
Receita de Capital	51,65%	11,01%	21,41%	49,12%	57,08%	
Outras Receitas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Saldo de Gerência Anterior	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Receita Total	88,09%	73,52%	86,83%	89,07%	89,70%	
Despesa Corrente	90,41%	83,16%	90,08%	89,89%	87,44%	
Despesa de Capital	65,06%	56,75%	63,07%	72,46%	61,37%	
Despesa Total	81,31%	71,79%	81,71%	82,40%	75,46%	

Fonte: DODES e DOREC (valores da receita cobrada líquida e ao valor pago)

No que respeita aos saldos orçamentais, apurou-se um saldo de gerência de **€ 3.240.198,91**, a transitar para o exercício seguinte.

Tabela V – Saldos Orçamentais (normativo anterior) ²

Saldos Orçamentais	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Saldo Global (em POCAL) (*)	€ 1.149.219,75	-€ 938.709,95	€ 571.749,79	€ 480.253,48	€ 1.773.605,89	
Saldo da Gerência anterior	€ 204.079,95	€ 1.353.299,70	€ 414.589,75	€ 986.339,54	€ 1.466.593,02	
Saldo para a Gerência Seguinte	€ 1.353.299,70	€ 414.589,75	€ 986.339,54	€ 1.466.593,02	€ 3.240.198,91	

¹ (*) Valores correspondentes à receita cobrada líquida e ao valor pago

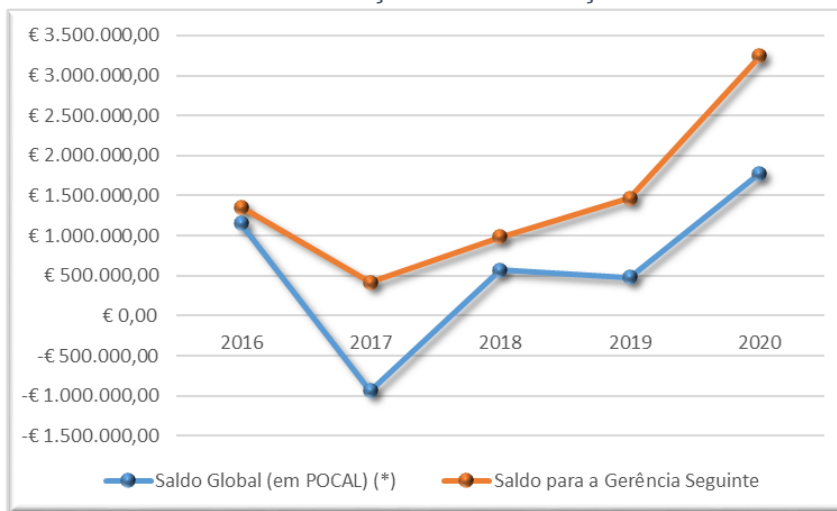
Para efeitos de comparabilidade com períodos anteriores (cujo referencial contabilístico era o POCAL) os valores apresentados para a receita e despesa de capital incluem as componentes não efetivas, de acordo com como apresentado com a DOREC e a DODES

² (*) Apesar da forma de apuramento dos saldos de execução orçamental, ter sido alterado com a introdução do SNC-AP, o valor do Saldo Global (em POCAL) (exercício meramente académico para permitir a comparabilidade mínima entre os diferentes anos) e do saldo de gerência não sofrem alterações, pelo que são estes que aqui se representam



Fonte: Demonstrações de Desempenho Orçamental da Receita e da Despesa (DDORC, DOREC e DODES)

Gráfico IV – Evolução dos Saldos Orçamentais



Fonte: Demonstrações de Desempenho Orçamental da Receita e da Despesa (DDORC, DOREC e DODES)

Conforme referido, com a entrada em vigor do SNC-AP para a Administração local, o apuramento dos saldos de execução orçamental alterou-se, designadamente, no que respeita às componentes efetivas e não efetivas da receita e da despesa. Assim, na tabela seguinte, apresentam-se a determinação dos saldos orçamentais para o ano de 2020.

Tabela VI – Saldos Orçamentais (SNC-AP)

Valores executados	2020
Receita Corrente (1)	€ 15.651.106,15
Receita de Capital (2)	€ 2.906.249,29
Receita Efetiva (3) = (1) + (2)	€ 18.557.355,44
Receita não efetiva	€ 381.499,66
Outras Receitas	€ 0,00
Saldo de Gerência Anterior	€ 1.466.593,02
Receita Total (4)	€ 20.405.448,12
Despesa Corrente (5)	€ 10.749.958,89
Despesa de Capital (6)	€ 5.638.103,26
Despesa Efetiva (7) = (5) + (6)	€ 16.388.062,15
Despesa não efetiva	€ 777.187,06
Despesa Total (8)	€ 17.165.249,21
Saldo Global (9) = (3) - (7)	€ 2.169.293,29
Saldo Corrente (10) = (1) - (5)	€ 4.901.147,26
Saldo de Capital (11) = (2) - (6)	-€ 2.731.853,97
Saldo para a Gerência Seguinte (12) = (4) - (8)	€ 3.240.198,91

Fonte: DDORC

Com o SNC-AP, o saldo Global não inclui as componentes não efetivas da receita e despesa.



2.2 – Princípio do Equilíbrio

O artigo 40.º do RFALEI determina que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”, podendo “o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte”.

Dos valores da execução orçamental da despesa e receita, obtemos os seguintes rácios:

Tabela VII – Rácios de Receita/Despesa ¹

Valores executados	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
$\frac{Rec. Corrente}{Desp. Corrente}$	130,49%	135,59%	129,15%	136,86%	145,59%	
$\frac{Rec. Capital}{Desp. Capital}$	49,01%	12,84%	21,97%	46,19%	51,25%	
$\frac{Rec. Total}{Desp. Total}$	108,34%	102,40%	106,26%	108,09%	118,88%	

Fonte: Mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa (receita cobrada líquida e ao valor pago)

No caso do Município de Oliveira do Bairro, para o ano em análise, a aferição do cumprimento da regra do equilíbrio enunciada encontra-se apresentada na tabela seguinte:

Tabela VIII – Aferição da Regra do Equilíbrio Orçamental

Receita Corrente Cobrada	€ 15.651.106,15
Despesa Corrente paga	€ 10.749.958,89
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos ²	€ 825.279,03
Despesa + Amortizações médias dos empréstimos de MLP	€ 11.575.237,92

Fonte: Mapa de Empréstimos, DDORC

Conclui-se, assim, que se encontra cumprido o Princípio do Equilíbrio definido no artigo 40.º do RFALEI.

¹ (*) Apesar da forma de apuramento dos saldos de execução orçamental, ter sido alterado com a introdução do SNC-AP, o valor do Saldo Global (em POCAL) (exercício meramente académico para permitir a comparabilidade mínima entre os diferentes anos) e do saldo de gerência não sofrem alterações, pelo que são estes que aqui se representam. Com o SNC-AP, o saldo Global não inclui as componentes não efetivas da receita e despesa.

² Valor explicitado no capítulo de análise da dívida do Município



2.3 – Receita

Conforme apresentado anteriormente, os valores executados da receita apresentam uma variação positiva, motivada em grande medida pela variação no saldo de gerência integrado nas contas do ano.

No que concerne à variação na Receita de Capital, apesar desta se ter mantido ao mesmo nível do período anterior (variação de 4,83 %), verifica-se uma variação significativa nos valores executados referentes à participação comunitária em projetos cofinanciados (variação de 52,42 %, de € 986.196,57 em 2019 para € 1.503.114,57 em 2020).

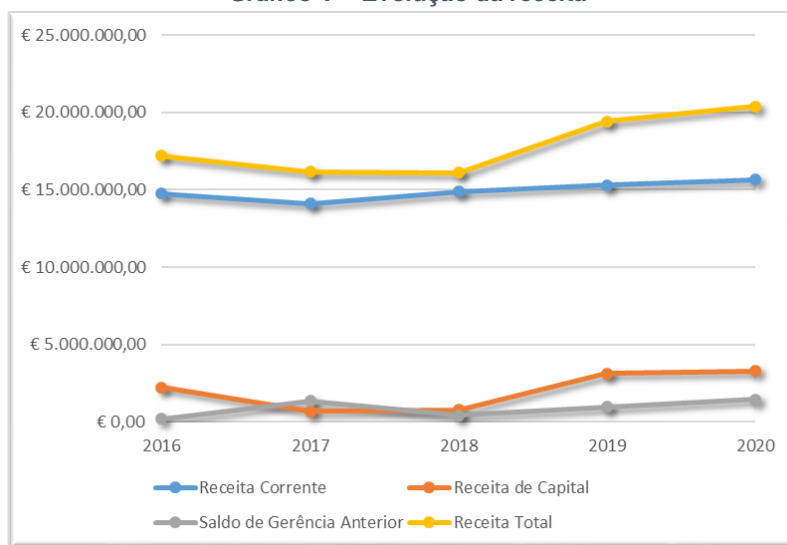
Tabela IX – Variação na receita 2019 – 2020 ¹

	2019	2020	Δ 2019 - 2020
Receita Corrente	€ 15.304.195,55	€ 15.651.106,15	2,27%
Receita de Capital	€ 3.136.401,07	€ 3.287.748,95	4,83%
Outras Receitas	€ 0,00	€ 0,00	0,00%
Saldo de Gerência Anterior	€ 986.339,54	€ 1.466.593,02	48,69%
Receita Total	€ 19.426.936,16	€ 20.405.448,12	5,04%

Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

Em termos globais, para os últimos 5 anos, apesar do aumento na receita corrente, verifica-se uma recuperação da Receita Total para níveis próximos de 2015, fruto, em grande medida, da variação na Receita de Capital.

Gráfico V – Evolução da receita



Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

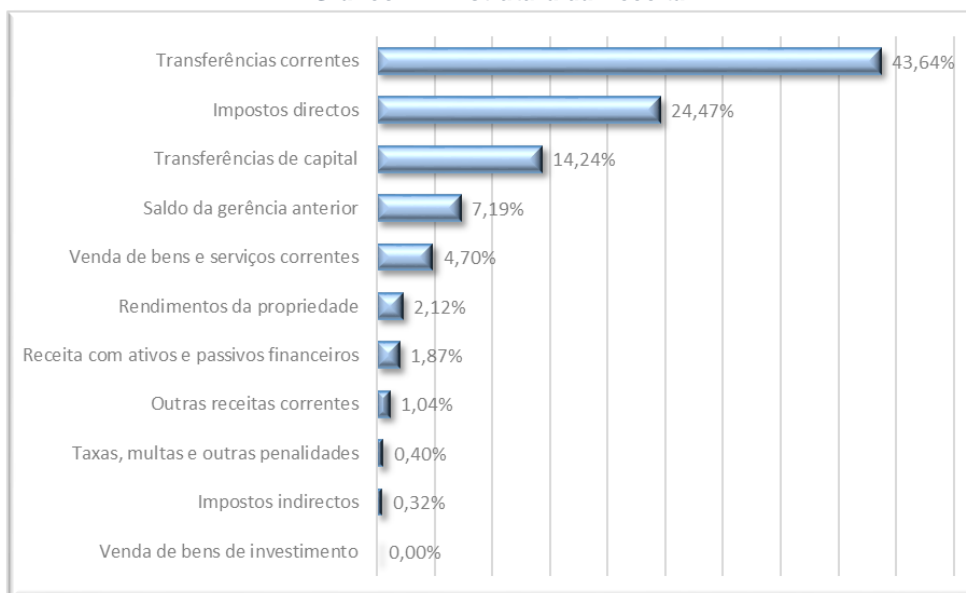
No que respeita aos valores executados das principais rubricas de receita, estes são os apresentados na tabela seguinte:

¹ Conforme indicado em notas anteriores, para efeitos de comparabilidade entre anos, o valor da receita de capital inclui a componente não efetiva da mesma.

**Tabela X – Rubricas da Receita**

Rubricas da Receita - Ano de 2020	Dotação Corrigida	Executado	Grau de execução	% (Rec. Total = 100)
Impostos directos	€ 4.527.462,00	€ 4.994.138,85	110,31%	24,47%
Impostos indirectos	€ 56.476,00	€ 66.072,28	116,99%	0,32%
Taxas, multas e outras penalidades	€ 89.736,00	€ 81.765,00	91,12%	0,40%
Rendimentos da propriedade	€ 427.116,00	€ 433.455,10	101,48%	2,12%
Transferências correntes	€ 8.801.414,00	€ 8.904.045,87	101,17%	43,64%
Venda de bens e serviços correntes	€ 1.404.837,00	€ 959.200,16	68,28%	4,70%
Outras receitas correntes	€ 213.984,00	€ 212.428,89	99,27%	1,04%
Venda de bens de investimento	€ 228.898,00	€ 0,00	0,00%	0,00%
Transferências de capital	€ 3.446.000,00	€ 2.906.249,29	84,34%	14,24%
Receita com ativos e passivos financeiros	€ 2.085.205,00	€ 381.499,66	18,30%	1,87%
Saldo da gerência anterior	€ 1.466.593,02	€ 1.466.593,02	100,00%	7,19%

Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

Gráfico VI – Estrutura da Receita

Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

Verifica-se, assim que, na receita total, têm maior preponderância:

- As transferências correntes, e, principalmente, dentro destas, os valores transferidos pelo Orçamento de Estado, ao abrigo do RFALEI (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS);



- b) Os Impostos Directos (IMI, IMT; IUC, Derrama e outros), nos quais assume especial relevância o valor arrecadado com o IMI e cujo ritmo de crescimento se tem mantido constante nos últimos anos;
- c) As transferências de capital, maioritariamente respeitantes à comparticipação de capital do FEF e à participação comunitária em projetos cofinanciados.

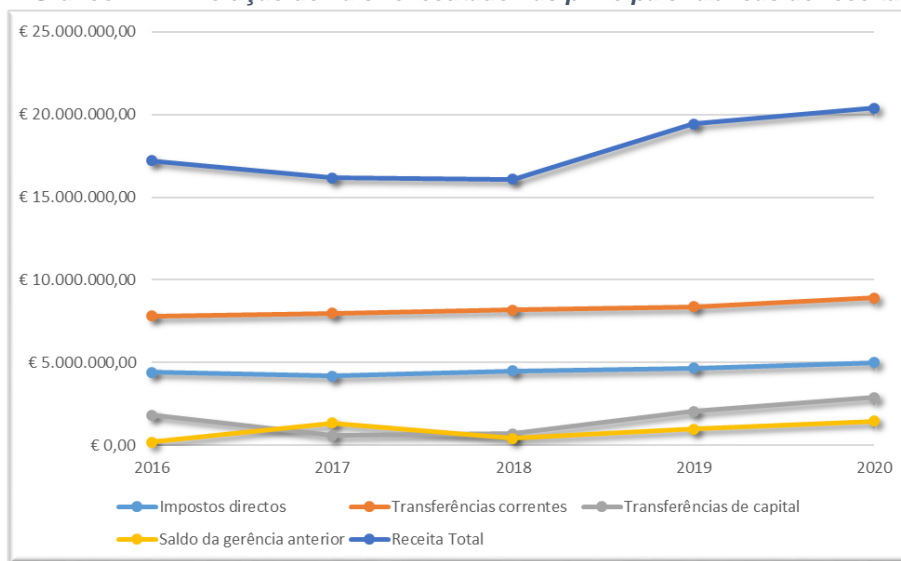
Verifica-se no presente ano uma manutenção do ritmo de crescimento da execução orçamental da rubrica de Transferências de Capital, também ela justificada pelo aumento do valor executado nas verbas provenientes de fundos comunitários.

Tabela XI – Evolução dos valores executados por rubrica de receita

Rubricas da Receita	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Impostos directos	€ 4.410.295,51	€ 4.197.018,25	€ 4.496.356,33	€ 4.676.934,62	€ 4.994.138,85	
Impostos indirectos	€ 238.334,58	€ 56.256,71	€ 63.314,39	€ 60.891,49	€ 66.072,28	
Taxas, multas e outras penalidades	€ 78.190,07	€ 69.548,68	€ 78.030,99	€ 93.390,52	€ 81.765,00	
Rendimentos da propriedade	€ 597.712,28	€ 317.971,47	€ 424.724,45	€ 430.467,99	€ 433.455,10	
Transferências correntes	€ 7.811.699,85	€ 7.990.702,69	€ 8.186.725,07	€ 8.372.270,17	€ 8.904.045,87	
Venda de bens e serviços correntes	€ 1.327.849,38	€ 1.292.049,92	€ 1.430.781,94	€ 1.432.826,59	€ 959.200,16	
Outras receitas correntes	€ 305.814,46	€ 193.518,70	€ 205.318,68	€ 237.414,17	€ 212.428,89	
Venda de bens de investimento	€ 417.481,25	€ 91.771,25	€ 104.114,00	€ 90.500,00	€ 0,00	
Transferências de capital	€ 1.819.665,74	€ 596.761,63	€ 691.224,12	€ 2.060.977,57	€ 2.906.249,29	
Receita com ativos e passivos financeiros	€ 1.435,06	€ 944,02	€ 0,00	€ 984.923,50	€ 381.499,66	
Saldo da gerência anterior	€ 204.079,95	€ 1.353.299,70	€ 414.589,75	€ 986.339,54	€ 1.466.593,02	

Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

Gráfico VII – Evolução do valor executado nas principais rubricas de receita



Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

Ainda no que respeita à execução da receita, apresenta-se a evolução e estrutura da participação nos impostos do estado:

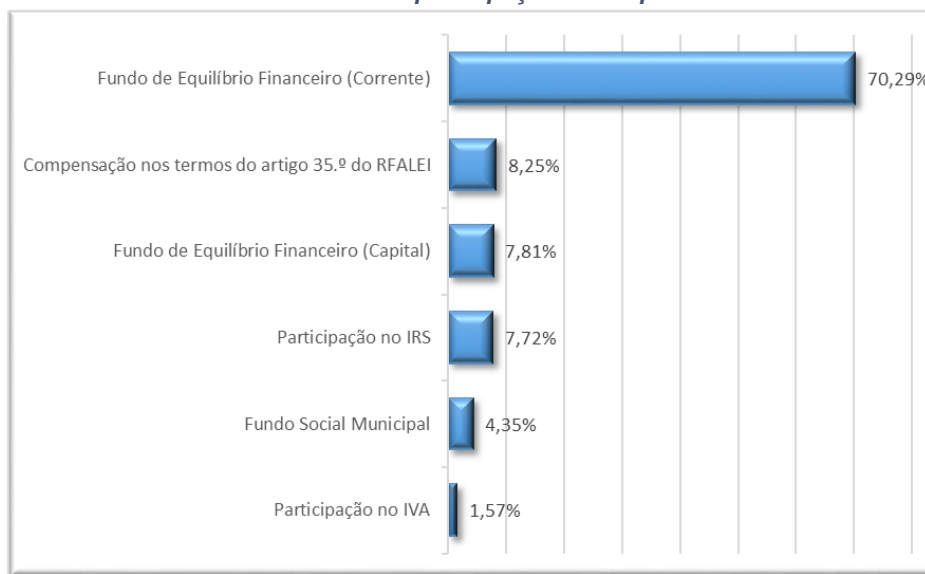


Tabela XII- Participação nos Impostos do Estado ¹

Valores executados	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Fundo de Equilíbrio Financeiro (Corrente)	€ 5.097.190,00	€ 5.313.948,00	€ 5.358.373,08	€ 5.263.214,00	€ 5.652.184,00	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (Capital)	€ 566.354,00	€ 590.632,00	€ 595.377,00	€ 584.801,00	€ 628.020,00	
Fundo de equilíbrio Financeiro (Total)	€ 5.663.544,00	€ 5.904.580,00	€ 5.953.750,08	€ 5.848.015,00	€ 6.280.204,00	
Fundo Social Municipal	€ 350.128,00	€ 350.128,00	€ 350.128,00	€ 350.128,00	€ 350.128,00	
Participação no IRS	€ 640.160,00	€ 590.575,00	€ 611.866,00	€ 596.681,00	€ 620.948,00	
Participação no IVA	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 126.567,03	
Compensação nos termos do artigo 35.º do RFALEI	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 489.980,00	€ 663.491,00	
Total da participação nos impostos do Estado	€ 6.653.832,00	€ 6.845.283,00	€ 6.915.744,08	€ 7.284.804,00	€ 8.041.338,03	

Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

Gráfico VIII – Estrutura da participação nos impostos do Estado



Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

No que respeita aos Impostos Diretos, apresentam-se a evolução dos valores arrecadados e a respetiva estrutura:

¹ Nos anos anteriores a 2020, não existia a participação na receita do IVA setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás (alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e artigo 26.º-A do RFALEI). Da mesma forma, a compensação ao abrigo do artigo 35.º do RFALEI, resulta da alteração a este artigo introduzida pelo Artigo 2.º da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto e só produziu efeitos a partir de 01/01/2019

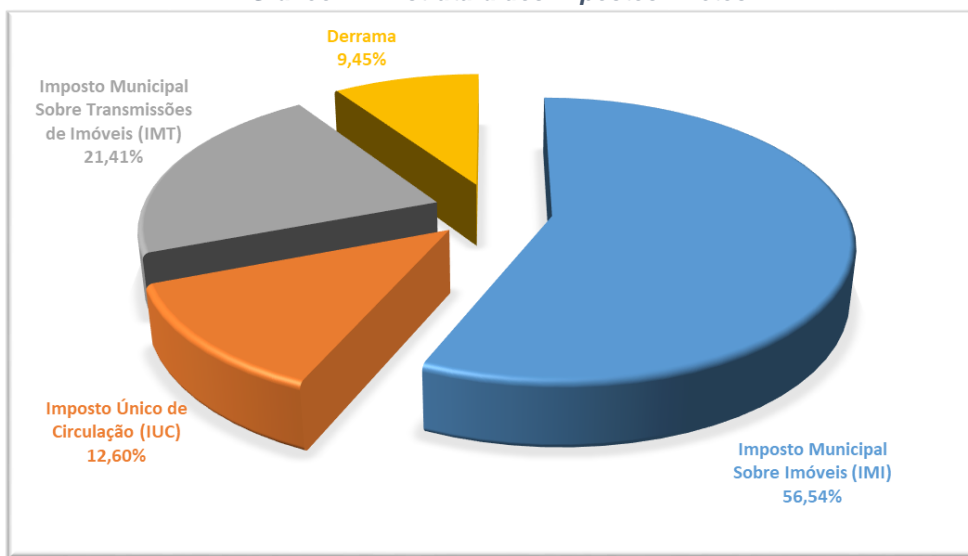


Tabela XIII – Impostos Diretos

Valores executados	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	€ 2.693.671,86	€ 2.719.826,46	€ 2.784.676,90	€ 2.777.002,78	€ 2.823.869,79	
Imposto Único de Circulação (IUC)	€ 528.357,05	€ 551.258,19	€ 587.992,18	€ 616.084,39	€ 629.047,63	
Imposto Municipal Sobre Transmissões de Imóveis (IMT)	€ 536.518,11	€ 449.784,69	€ 628.811,88	€ 699.998,57	€ 1.069.380,09	
Derrama	€ 651.748,49	€ 476.148,91	€ 494.875,37	€ 583.848,88	€ 471.841,34	
Total Impostos Diretos	€ 4.410.295,51	€ 4.197.018,25	€ 4.496.356,33	€ 4.676.934,62	€ 4.994.138,85	

Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

Gráfico IX – Estrutura dos Impostos Diretos



Fonte: DOREC (receita cobrada líquida)

A receita cobrada líquida com os impostos diretos aumentou globalmente em 6,78 % (relativamente ao ano anterior), salientando-se a diminuição de 19,18 % na execução da Derrama e o aumento de 52,77 % no IMT, sinal do aumento no valor total das transações de imóveis situados na área do Município.

Tal como em anos anteriores, o imposto municipal com maior peso na receita é o IMI, seguido do IMT, cujo peso relativo ultrapassou o da derrama, desde o ano de 2018.



2.4 – Despesa

No que respeita à execução da despesa, verifica-se um aumento relativamente aos valores executados no ano anterior, motivada por pelo aumento nos valores executados na Despesa de Capital.

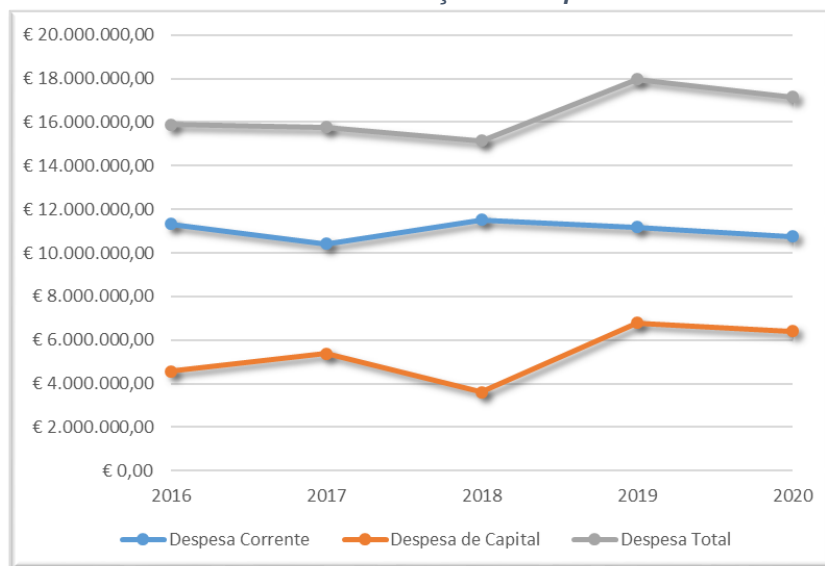
Tabela XIV – Variação na despesa 2019 – 2020 ¹

	2019	2020	Δ 2019 - 2020
Despesa Corrente	€ 11.182.313,80	€ 10.749.958,89	-3,87%
Despesa de Capital	€ 6.790.002,32	€ 6.415.290,32	-5,52%
Despesa Total	€ 17.972.316,12	€ 17.165.249,21	-4,49%

Fonte: DODES (valores pagos)

Esta variação contraria o ocorrido nos últimos cinco anos, nos quais se assistiu a uma diminuição na Despesa Total.

Gráfico X – Evolução da Despesa



Fonte: DODES (valores pagos)

Atendendo à estrutura das rubricas orçamentais de despesa, a execução orçamental foi:

¹ Conforme indicado em notas anteriores, para efeitos de comparabilidade entre anos, o valor da despesa de capital inclui a componente não efetiva da mesma.

**Tabela XV – Rubricas da Despesa**

Rubricas da Despesa - Ano de 2020	Dotação Corrigida	Executado	Grau de execução	% (Desp. Total = 100)
Despesas com o pessoal	€ 5.457.568,00	€ 5.215.077,83	95,56%	30,38%
Aquisição de bens e serviços	€ 5.302.451,02	€ 4.269.678,72	80,52%	24,87%
Juros e outros encargos	€ 69.509,00	€ 44.890,33	64,58%	0,26%
Transferências e Subsídios Correntes	€ 1.393.482,00	€ 1.162.463,66	83,42%	6,77%
Outras despesas Correntes	€ 71.593,00	€ 57.848,35	80,80%	0,34%
Aquisição de Bens de Capital	€ 8.557.490,00	€ 4.899.997,06	57,26%	28,55%
Transferências e Subsídios de Capital	€ 932.116,00	€ 616.341,36	66,12%	3,59%
Despesa com Ativos e Passivos Financeiros	€ 784.056,00	€ 777.187,06	99,12%	4,53%
Outras despesas de capital	€ 179.456,00	€ 121.764,84	67,85%	0,71%

Fonte: DODES (valores pagos)

Gráfico XI – Estrutura da Despesa

Fonte: DODES (valores pagos)

Relativamente ao período anterior, em termos estruturais, verifica-se que o valor das despesas com o pessoal ultrapassou ligeiramente o das despesas com bens de capital. ¹ O peso relativo da aquisição de bens e serviços no total da despesa diminuiu de 27,59 % em 2019 para 24,87 % em 2020

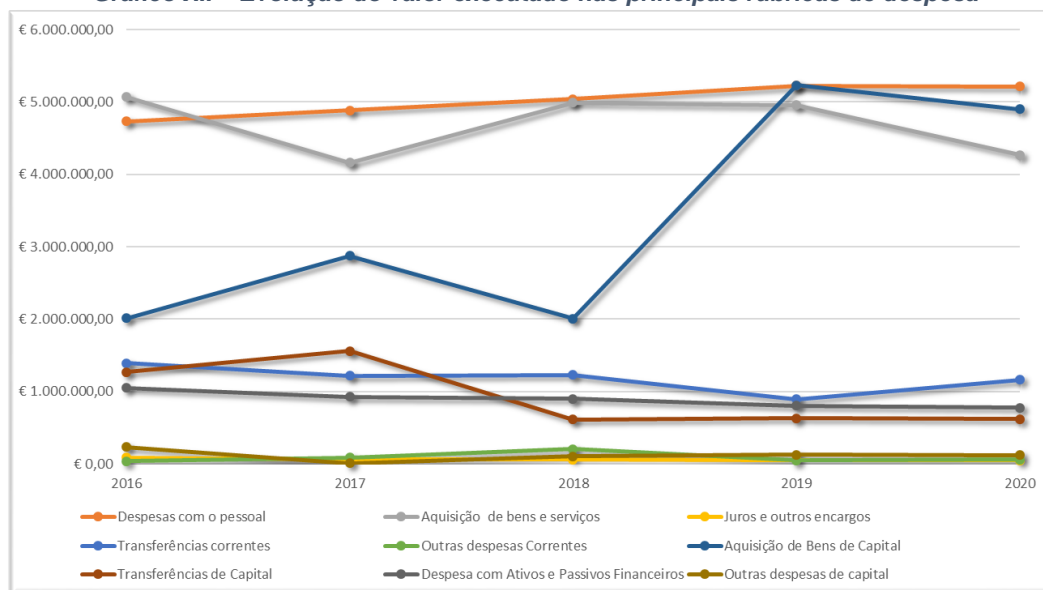
¹ De 2019 para 2020 o peso da despesa com o pessoal na despesa total aumentou de 29,10 % para 30,38 % e o da despesa com bens de capital diminuiu de 29,10 % para 28,55%.

**Tabela XVI – Evolução dos valores executados por rubrica de despesa**

Rubricas da Despesa	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Despesas com o pessoal	€ 4.735.953,65	€ 4.882.646,30	€ 5.042.298,17	€ 5.229.084,76	€ 5.215.077,83	
Aquisição de bens e serviços	€ 5.069.242,66	€ 4.160.717,28	€ 4.988.942,63	€ 4.959.396,01	€ 4.269.678,72	
Juros e outros encargos	€ 84.217,82	€ 65.723,69	€ 57.860,74	€ 51.763,98	€ 44.890,33	
Transferências correntes	€ 1.392.995,34	€ 1.216.649,00	€ 1.231.211,41	€ 892.904,25	€ 1.162.463,66	
Outras despesas Correntes	€ 36.713,90	€ 85.744,19	€ 205.477,92	€ 49.164,80	€ 57.848,35	
Aquisição de Bens de Capital	€ 2.014.759,84	€ 2.876.440,91	€ 2.005.192,84	€ 5.230.412,48	€ 4.899.997,06	
Transferências de Capital	€ 1.268.815,55	€ 1.560.005,70	€ 614.600,10	€ 627.616,75	€ 616.341,36	
Despesa com Ativos e Passivos Financeiros	€ 1.049.821,57	€ 925.422,73	€ 898.394,24	€ 804.456,33	€ 777.187,06	
Outras despesas de capital	€ 234.578,75	€ 7.509,90	€ 102.570,77	€ 127.516,76	€ 121.764,84	

Despesa Total	€ 15.887.099,08	€ 15.780.859,70	€ 15.146.548,82	€ 17.972.316,12	€ 17.165.249,21	
----------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	--

Fonte: DODES (valores pagos)

Gráfico XII – Evolução do valor executado nas principais rubricas de despesa

Fonte: DODES (valores pagos)

No que respeita aos valores apresentados, salientam-se as diminuições na despesa com juros e passivos financeiros, em linha com períodos anteriores.

No que se refere às transferências para outras entidades, estas são principalmente efetuadas para três grandes grupos, freguesias, famílias (ação social) e instituições, apresentando-se seguidamente a sua evolução.

**Tabela XVII – Evolução dos principais grupos de transferências para terceiros**

Transferências e subsídios	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Transf. correntes para famílias	€ 143.558,17	€ 114.355,58	€ 127.002,52	€ 159.396,24	€ 234.573,78	
Transf. de capital para famílias	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	
Total de transf. para famílias	€ 143.558,17	€ 114.355,58	€ 127.002,52	€ 159.396,24	€ 234.573,78	
Transf. correntes para instituições	€ 982.213,17	€ 821.640,32	€ 789.799,99	€ 410.355,31	€ 590.771,31	
Transf. de capital para instituições	€ 1.268.815,55	€ 1.512.505,70	€ 455.881,46	€ 408.374,88	€ 401.746,25	
Total de transf. para instituições	€ 2.251.028,72	€ 2.334.146,02	€ 1.245.681,45	€ 818.730,19	€ 992.517,56	
Transf. correntes para freguesias	€ 245.775,00	€ 254.400,00	€ 276.832,64	€ 290.417,50	€ 282.800,00	
Transf. de capital para freguesias	€ 0,00	€ 47.500,00	€ 5.000,00	€ 23.000,00	€ 10.182,50	
Total de transf. para freguesias	€ 245.775,00	€ 301.900,00	€ 281.832,64	€ 313.417,50	€ 292.982,50	

Fonte: DODES (valores pagos) ¹¹ Em relatórios anteriores, os valores constantes neste quadro diziam respeito ao valor da dotação das rubricas



2.5 – GOP – Grandes Opções do Plano

Apesar de a NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) apenas prever como componentes das demonstrações previsionais o Orçamento e o PPI, não pode o Município deixar de dar cumprimento ao definido na alínea e) do n.º 1 do artigo 46.º do RFALEI, segundo o qual “o orçamento municipal inclui (...) a proposta das grandes opções do plano, compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos”.¹

Nas GOP, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico para o Município, decompondo-se estas em dois documentos principais:

- a) O Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que define as os projetos e ações, dentro dos objetivos principais, a desenvolver num horizonte plurianual e que consubstanciem despesas de investimento;
- b) O Plano de Atividades Municipais (PAM), que vidência as atividades a desenvolver num exercício económico e com carácter corrente.

As rubricas de despesa incluídas nas ações apresentadas nas GOP encontram-se associadas às classificações económicas respetivas, pelo que toda a inscrição nestes documentos tem a sua correspondente participação orçamental corretamente definida.

Numa perspetiva macro, as GOP encontram-se divididas em quatro grandes objetivos, cujos graus de execução são os seguintes:

Tabela XVIII – Grau de Execução das GOP

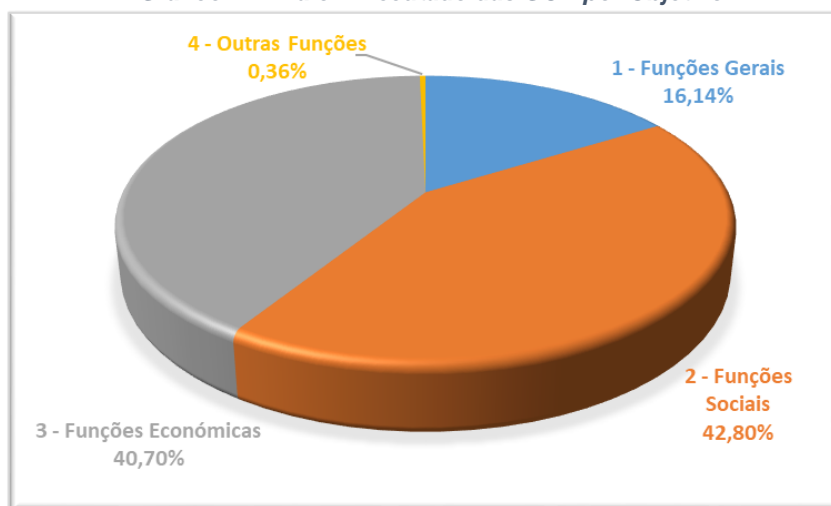
Objetivo (GOP)	Dotação Corrigida	Executado	Grau de execução
1 - Funções Gerais	€ 1.923.400,00	€ 1.312.274,28	68,23%
2 - Funções Sociais	€ 5.166.172,00	€ 3.480.964,10	67,38%
3 - Funções Económicas	€ 5.643.336,00	€ 3.310.139,27	58,66%
4 - Outras Funções	€ 33.956,00	€ 28.956,00	85,28%
Total das GOP	€ 12.766.864,00	€ 8.132.333,65	63,70%

Fonte: Execução das GOP

Em termos estruturais, apesar da diminuição do peso relativo, quando comparada com períodos anteriores, verifica-se que a despesa com as GOP relacionadas com as funções sociais mantem uma maior preponderância. Relativamente aos períodos anteriores, verifica-se um aumento do peso do valor executado com as funções económicas

¹ Acresce a isto o facto de os documentos previsionais para o ano de 2020 terem sido elaborados ainda segundo as regras do POCAL (em especial no que concerne ao então em vigor ponto 2.3), conforme instrução emitida pela Direção-Geral das Autarquias Locais, através do Ofício Circular n.º 1323/2019 de 23/09/2019, que dá conhecimento do entendimento da Comissão de Normalização Contabilística segundo o qual, os documentos previsionais das entidades do Subsetor da Administração Local para 2020, a elaborar em 2019, ainda serão preparados de acordo com o modelo do POCAL, havendo depois, a partir de 01 de janeiro de 2020, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP.

Gráfico XIII- Valor Executado das GOP por Objetivo



Fonte: Execução das GOP

Desagregando estes valores pelo PPI e PAM, verifica-se que o primeiro tem um grau de execução de 57,41 % e no segundo de 76,61 %, conforme pode ser verificado nas tabelas seguintes:

Tabela XIX – Grau de Execução do PPI

Objetivo (PPI)	Dotação Corrigida	Executado	Grau de execução
1 - Funções Gerais	€ 1.405.000,00	€ 876.600,88	62,39%
2 - Funções Sociais	€ 2.055.760,00	€ 1.068.168,96	51,96%
3 - Funções Económicas	€ 5.126.130,00	€ 2.985.227,23	58,24%
4 - Outras Funções	€ 0,00	€ 0,00	0,00%
Total do PPI	€ 8.586.890,00	€ 4.929.997,07	57,41%

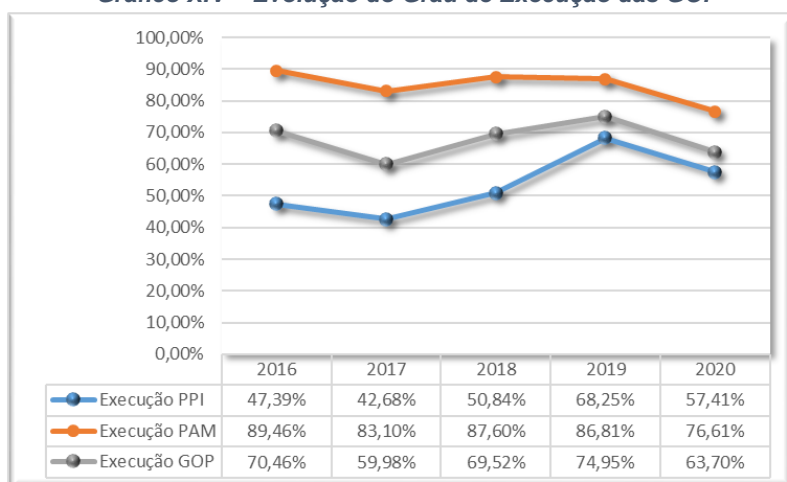
Fonte: Execução do PPI

Tabela XX – Grau de Execução do PAM

Objetivo (PAM)	Dotação Corrigida	Executado	Grau de execução
1 - Funções Gerais	€ 518.400,00	€ 435.673,40	84,04%
2 - Funções Sociais	€ 3.110.412,00	€ 2.412.795,14	77,57%
3 - Funções Económicas	€ 517.206,00	€ 324.912,04	62,82%
4 - Outras Funções	€ 33.956,00	€ 28.956,00	85,28%
Total do PAM	€ 4.179.974,00	€ 3.202.336,58	76,61%

Fonte: Execução do PAM

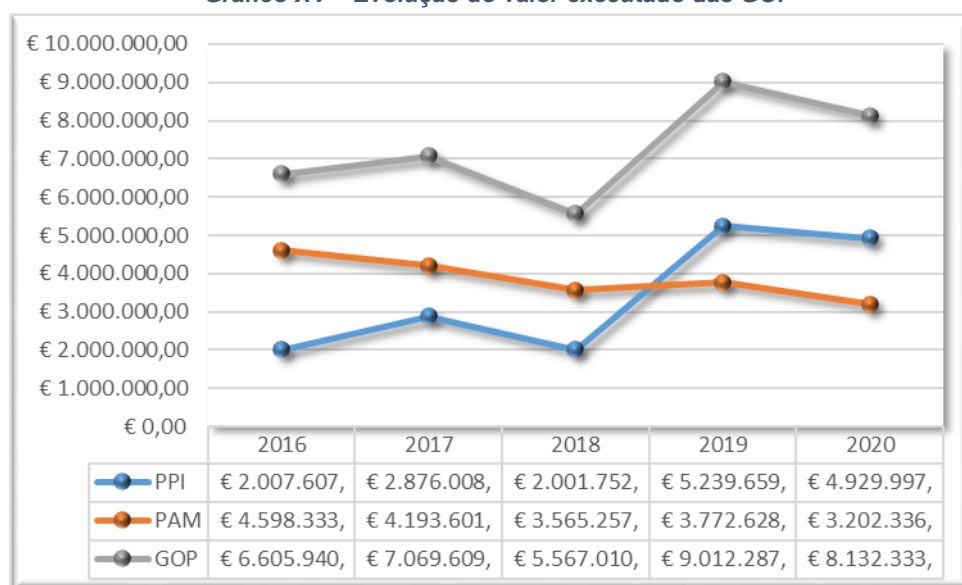
Gráfico XIV – Evolução do Grau de Execução das GOP



Fonte: Execução GOP, PPI e PAM

No que respeita à evolução dos valores executados das GOP, após um ano de 2019 em que se verificou um forte aumento, o ano de 2020 trouxe consigo uma ligeira diminuição, mas ainda assim, mantendo-se bem acima do verificado em anos anteriores.

Gráfico XV – Evolução do valor executado das GOP



Fonte: Execução GOP, PPI e PAM

Da atividade municipal relativa ao ano em análise, destacam-se as seguintes iniciativas, como mais relevantes da ação do Município:

- 1.º – **Administração Geral** registamos um investimento de **€ 1.154.685,72**, do qual se destaca:
 - 1.1 – Obras de manutenção em diversos edifícios do Município – € 119.386,90;
 - 1.2 – Transferência para as Freguesias – € 291.182,50;
 - 1.3 – Aquisição de Hardware e Software para os Serviços Municipais – € 347.392,57;
 - 1.4 – Aquisição de Mobiliário e equipamento Básico – € 247.830,52;
 - 1.5 – Aquisição de máquinas e viaturas – € 118.893,22;



2.º – **Segurança e Ordem Pública** a execução financeira foi de **€ 157.588,56**, do qual se destaca:

- 2.1 – Apoio Anual aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro – € 60.000,00;
- 2.2 – Apoio aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro para aquisição de equipamentos – € 49.998,00;
- 2.3 – Parceria com a ANCP e Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro – Constituição de Equipa de Intervenção Permanente – € 34.492,90;
- 2.4 – Quartel da GNR (estudo e obra) – € 13.097,66;

3.º – Na **Educação** verifica-se uma execução financeira de **€ 1.102.121,85**¹, do qual se destaca:

- 3.1 – Requalificação da Escola EB2,3 Dr. Fernando Peixinho – € 85.337,14;
- 3.2 – Aquisição de mobiliário e outros equipamentos, manutenção e reparações no parque escolar e aquisição de material pedagógico – € 154.713,04;
- 3.3 – Realização de atividades com a comunidade escolar AECs e AAFs – € 241.010,53;
- 3.4 – Ação Social Escolar (inclui refeições e apoio para aquisição de manuais escolares ao 1.º CEB e Bolsas de Estudo ao ensino superior) – € 621.061,14;

4.º – Na **Cultura, Desporto Recreio e Lazer e Outras Atividades**, a execução financeira foi de **€ 1.113.792,13**², dos quais se salientam:

- 4.1 – Eventos promovidos pelo Município – € 54.161,23;
- 4.2 – Protocolos e subsídios às associações do concelho – € 517.002,58;
- 4.3 – Quartel das Artes (Programação e aluguer de equipamentos e outras despesas) – € 153.613,88;
- 4.4 – Manutenção e reparações no Parque Desportivo – € 219.025,43;

5.º – Na **Recolha Resíduos Sólidos** a execução financeira foi de **€ 607.655,09**;

6.º – A **Ação Social** apresenta uma execução financeira de **€ 141.663,31**, referente a:

- 6.1 – Comparticipações às IPSS do Concelho – € 36.705,07
- 6.2 – Protocolo com Santa Casa da Misericórdia no âmbito do Projeto “Espaço-Mudança” – € 95.000,00;
- 6.3 – Realização de atividades com Seniores – € 7.101,75³;
- 6.4 – Outras iniciativas e protocolos no âmbito dos apoios sociais (Banco de Ajudas Técnicas, Gabinete de Apoio à Vitima; CPCJ, Plano Municipal de Integração de Migrantes) – € 2.856,49;

7.º – O **Ordenamento do Território** apresenta uma execução financeira de **€ 18.721,00**, referentes à aquisição de terrenos para espaços verdes, alargamento de vias, parques de lazer e infraestruturas;

8.º – Na **Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza** a execução financeira foi de **€ 265.979,53**, dos quais se salientam:

- 8.1 – Requalificação de parques e jardins – € 186.172,81;
- 8.2 – Aquisição de Equipamento e mobiliário urbano – € 7.155,30;

¹ O fim dos trabalhos da Requalificação da Escola EB2,3 Dr. Fernando Peixinho explica em grande medida a redução verificada no valor executado

² Como efeito direto da pandemia de COVID, muitas das atividades habituais, como designadamente, Expo Bairrada, Festa da Criança, “Viva Associações”; Marchas Populares; Feira da Ciência; Festas de Cidade e Festa da Juventude, bem como a programação do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, sofreram uma forte redução

³ A diminuição verificada relativamente ao valor executado em 2019, resulta diretamente da diminuição destas atividades, como resultado das medidas de contenção do contágio da pandemia de COVID



8.3 – Construção e ou Reabilitação de Espaços de Jogo e de Recreio – € 47.213,59;

8.4 – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – € 24.915,08

9.º – Na **Habitação** a execução financeira foi de € **37.566,49**, relativo a:

9.1 – Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento – € 25,325,00;

9.2 – Intervenções habitacionais e Programa Remobilar – € 12.241,49;

10.º – Nos **Transportes e Comunicações** registou-se uma execução financeira de € **2.674.227,30**, dos quais se destacam:

10.1 – Rede municipal de transportes – € 84.555,44;

10.2 – Sinalização horizontal e vertical – € 31.535,76;

10.3 – Beneficiação da rede viária do concelho – € 1.650.786,86;

10.4 – Execução do Plano de Ação de Regeneração Urbana – € 903.782,24:

10.4.1 – Reabilitação do Edifício da antiga Fábrica Cerâmica Rocha – € 70.889,76

10.4.2 – Requalificação da Rua Cândido dos Reis – € 80.234,47;

10.4.3 – Requalificação da Rua dos Bombeiros e Rua António Oliveira e Rocha – € 539.007,00

10.4.4 – Requalificação do espaço público da Rua Dr. Alberto Tavares de Castro – € 213.651,01

11.º – Na **Indústria e Energia** o valor executado foi de € **351.823,45**, dos quais

11.1 – € 88.705,00 foram executados nos Espaços de Atividades Económicas; e

11.2 – € 28.668,57 dizem respeito à Instalação de Redes de Iluminação Pública, eletricidade e telecomunicações;

12.º – No objetivo **Outras Funções** o valor gasto foi de € **28.956,00** relativo a realização de capital social do Fundo de Apoio Municipal.



2.6 – Custos associados à Pandemia de COVID-19

Durante o ano de 2020, tendo em consideração os problemas motivados pela Pandemia de COVID 19, verificou-se uma variação anormal na atividade municipal, a qual se refletiu num aumento da despesa, redução de receita e diminuição de atividades promovidas pelo Município.

Os custos e reduções na receita associados com estes eventos são de comunicação obrigatória mensal à DGAL, através da Plataforma SIAL, sendo os valores reportados relativos ao ano de 2020 os constantes na tabela seguinte:

Tabela XXI – Reporte de Informação sobre COVID-19 no SIAL

Nível Reporte 1	Nível Reporte 2	Valor
Aquisição de bens de capital	Aquisição de bens de capital – Despesas pagas líquidas	€ 50.588,64
	Aquisição de bens de capital – Obrigações	€ 23.128,99
	Total (Aquisição de bens de capital)	€ 73.717,63
Aquisição de bens e serviços	Aquisição de serviços – Despesas pagas líquidas	€ 50.100,33
	Aquisição de bens – Despesas pagas líquidas	€ 173.650,20
	Aquisição de bens – Obrigações	€ 120.700,64
	Aquisição de serviços – Obrigações	€ 121.875,43
	Total (Aquisição de bens e serviços)	€ 466.326,60
Transferências correntes	Total de Transferências correntes – Despesas pagas líquidas	€ 134.493,97
	Total de transferências correntes – Obrigações	€ 71.540,62
	Total (Transferências correntes)	€ 206.034,59
Despesas com o Pessoal	Despesas com o Pessoal – Despesas pagas líquidas	€ 26.645,00
	Despesas com o Pessoal – Obrigações	€ 5.494,00
	Total (Despesas com o Pessoal)	€ 32.139,00
	Total Geral	€ 778.217,82

Fonte: Reporte de despesas destinadas a medidas de combate aos efeitos da COVID-19 no SIAL

3.º – Evolução da Situação económica e financeira

3.1 – Análise ao Balanço

O estudo do Balanço de uma entidade reveste-se de especial importância na análise financeira tanto como auxiliar de decisões de administradores, como também, para todas as entidades externas que tenham interesse em conhecer a situação financeira do Município.

A apresentação dos indicadores quantitativos do Balanço será efetuada em secção própria, junto com os restantes indicadores de gestão.

Na presente secção será analisada a estrutura e evolução das principais rubricas do documento.

Com a entrada em vigor do SNC-AP verificaram-se consideráveis alterações na forma de apresentação deste reporte financeiro. Esta situação dificultou consideravelmente a comparação entre as suas principais dimensões estruturais.

Assim, em termos evolução nos últimos exercícios, a comparação será efetuada relativamente às principais dimensões do Balanço (Ativo, Passivo e Património Líquido) ¹, apresentando-se a análise estrutural (tal como em relatórios anteriores) para o ano de relato.

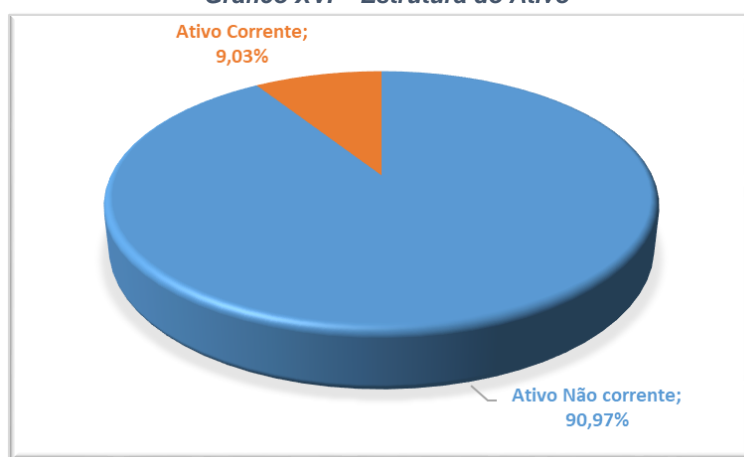
Tabela XXII – Evolução dos valores do Balanço

	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Total do Ativo	€ 107.683.068,54	€ 104.470.338,97	€ 101.748.162,28	€ 102.346.343,72	€ 100.959.901,89	
Total de Património Líquido	€ 64.533.299,55	€ 63.047.046,71	€ 63.322.173,06	€ 89.815.703,56	€ 89.941.705,70	
Total do Passivo	€ 43.149.768,99	€ 41.423.292,26	€ 38.425.989,22	€ 12.530.640,16	€ 11.018.196,19	
Total do Património Líquido e Passivo	€ 107.683.068,54	€ 104.470.338,97	€ 101.748.162,28	€ 102.346.343,72	€ 100.959.901,89	

Fonte: Balanço

Em termos estruturais, mantem-se a tendência dos últimos anos para a diminuição do valor total do Balanço, verificando-se, igualmente, a tendência para a sua estabilização nos três últimos anos.

Gráfico XVI – Estrutura do Ativo

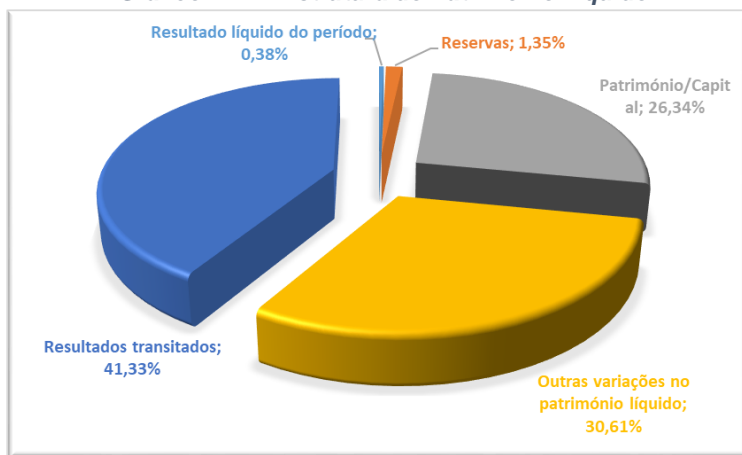


Fonte: Balanço

¹ Conforme referido, na análise deste quadro deverá ter-se em atenção que os valores relativos aos anos posteriores a 2019 resultam de uma adaptação das rubricas do Balanço em SNC, às respetivas em POCAL, pelo que os valores são meramente comparativos.

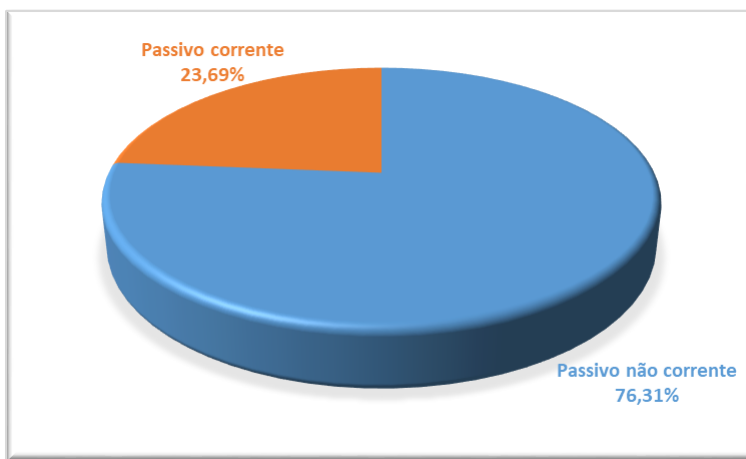


Gráfico XVII – Estrutura do Património Líquido



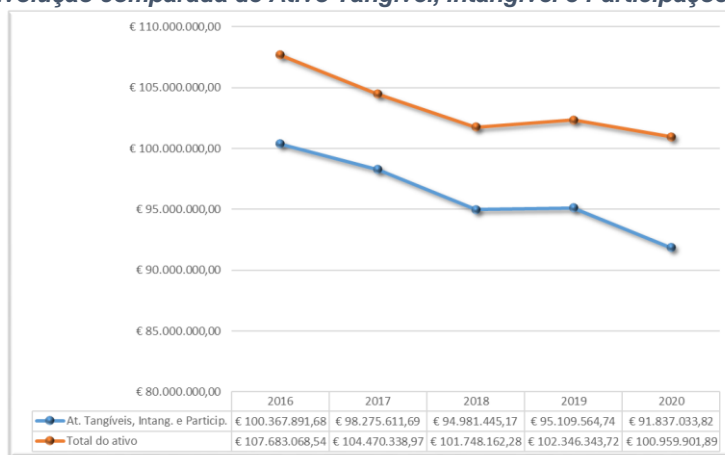
Fonte: Balanço

Gráfico XVIII – Estrutura do Passivo



Fonte: Balanço

Gráfico XIX – Evolução comparada de Ativo Tangível, Intangível e Participações e total do Ativo

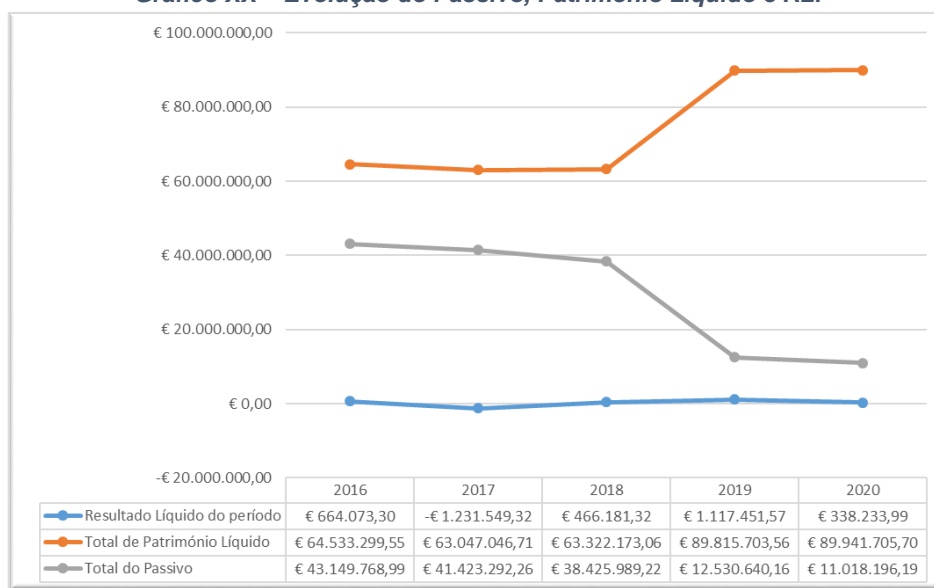


Fonte: Balanço ¹

¹ Os valores do Ativo Tangível, Intangível e Participações, correspondem os valores do Imobilizado em POCAL



Gráfico XX – Evolução do Passivo, Património Líquido e RLP



Fonte: Balanço ¹

A análise deste último gráfico reveste-se de algum cuidado:

- 1.º – O Total do Passivo anterior à entrada em vigor do SNC-AP incluía o valor relativo aos Proveitos diferidos, os quais se encontram relevados na rubrica “Outras variações” do Património Líquido;
- 2.º – Por outro lado, a diminuição no Resultado Líquido do Período (apesar da referida estabilização do valor do Ativo) tem nela integrada dois grandes motivos de variação do lado do Passivo:
 - 2.1 – Por um lado, verificou-se um aumento no valor das depreciações do exercício, associado à diminuição verificada nos períodos de vida útil dos ativos fixos tangíveis, as quais, foram revistas como resultado da entrada em vigor do SNC-AP ²; e
 - 2.2 – Por outro lado, o valor das transferências e subsídios concedidos (fruto em grande medida das medidas de mitigação dos efeitos da Pandemia de COVID 19) aumentaram consideravelmente ³.

¹ Valores de anos anteriores a 2019, de acordo com as prestações de contas respetivas

² Conforme se pode verificar na Demonstração de Resultados

³ Conforme se pode verificar na Demonstração de Resultados

Tabela XXIII – Balanço ¹

		2019	2020		
A T I V O	A C T I V O R E N T E N T E	Ativos fixos tangíveis	€ 93.691.721,82	€ 90.390.608,05	
		Ativos intangíveis	€ 139.502,17	€ 171.682,77	
		Participações financeiras	€ 1.274.743,00	€ 1.274.743,00	
		Outros ativos financeiros	€ 3.597,75	€ 3.597,75	
		Total do ativo não corrente	€ 95.109.564,74	€ 91.840.631,57	
	A T I V O	A T I V O	Inventários	€ 78.804,28	€ 162.483,50
			Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	€ 320.913,55	€ 320.913,55
			Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	€ 1.201,30	€ 1.201,30
			Cientes, contribuintes e utentes	€ 37.512,20	€ 81.785,93
		C O R R E N T E	Estado e outros entes públicos	€ 46.634,73	€ 4.054,69
			Outras contas a receber	€ 4.352.647,12	€ 4.425.621,06
			Diferimentos	€ 171.069,85	€ 187.126,10
			Caixa e depósitos	€ 2.227.995,95	€ 3.936.084,19
			Total do ativo corrente	€ 7.236.778,98	€ 9.119.270,32
	Total do Ativo		€ 102.346.343,72	€ 100.959.901,89	
	P A T R Í M Ó N I O	Património/Capital	€ 23.687.961,04	€ 23.687.961,04	
		Reservas	€ 1.153.960,23	€ 1.209.832,81	
		Resultados transitados	€ 38.428.831,04	€ 37.174.351,56	
		Outras variações no património líquido	€ 25.427.499,68	€ 27.531.326,30	
Resultado líquido do período		€ 1.117.451,57	€ 338.233,99		
Total do Património Líquido		€ 89.815.703,56	€ 89.941.705,70		
P A S S I V O	P A S S I V O R E N T E	Financiamentos obtidos	€ 5.623.271,12	€ 5.301.937,18	
		Diferimentos	€ 4.220.440,68	€ 3.090.232,23	
		Outras contas a pagar	€ 12.000,96	€ 15.369,39	
		Total do passivo não corrente	€ 9.855.712,76	€ 8.407.538,80	
	P A S S I V O	P A S S I V O R E N T E	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	€ 137.569,70	€ 137.469,70
			Fornecedores	€ 64.055,00	€ 37.876,36
			Estado e outros entes públicos	€ 141.526,33	€ 196.931,19
			Financiamentos obtidos	€ 747.347,64	€ 701.950,18
			Fornecedores de investimentos	€ 26.652,28	€ 0,00
			Outras contas a pagar	€ 1.557.776,45	€ 1.536.429,96
			Total do Passivo corrente	€ 2.674.927,40	€ 2.610.657,39
			Total do Passivo	€ 12.530.640,16	€ 11.018.196,19
	Total do Património Líquido e Passivo		€ 102.346.343,72	€ 100.959.901,89	

¹ Valores de 2019, após Reconciliação para balanço de abertura, conforme Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

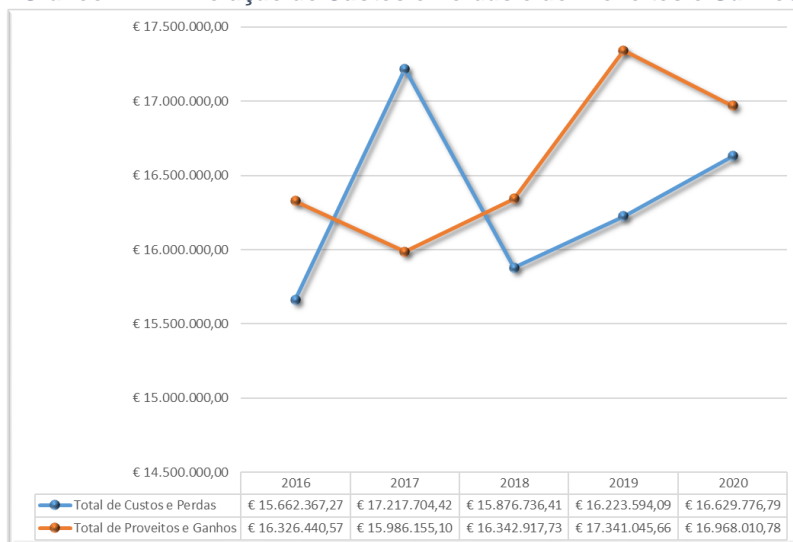
3.2 – Demonstração de resultados

A Demonstração de Resultados traduz a formação dos resultados decorrentes da atividade da entidade, apresentando os custos e os proveitos classificados por natureza, e apresentando os resultados classificados em correntes (operacionais e financeiros) e extraordinários.

Tal como verificado com o Balanço, a entrada em vigor do SNC-AP trouxe consigo consideráveis mudanças na forma de apresentação deste reporte financeiro, dificultando consideravelmente a comparação entre as suas principais dimensões estruturais.

No entanto, em termos globais, a comparação mantém-se possível, conforme mostra o gráfico seguinte:

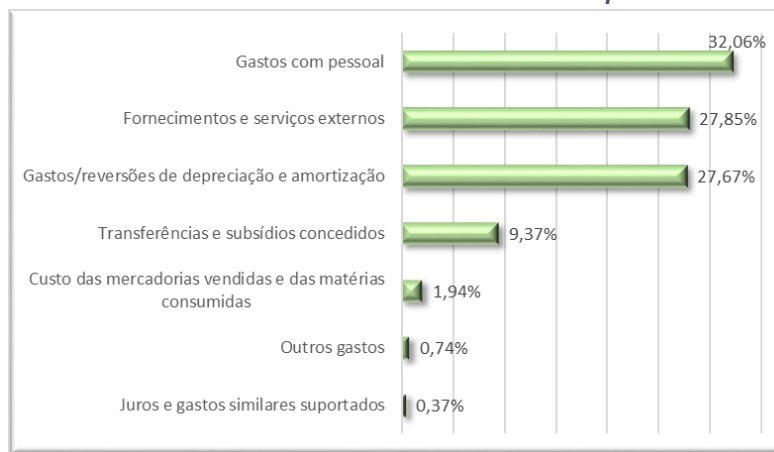
Gráfico XXI – Evolução de Custos e Perdas e de Proveitos e Ganhos



Fonte: Demonstração de Resultados

Em termos estruturais, no ano de relato, são apresentadas nos gráficos seguintes:

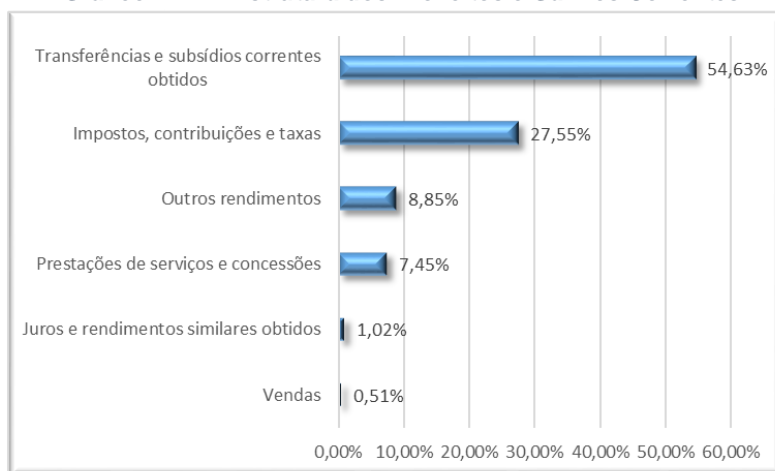
Gráfico XXII – Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais



Fonte: Demonstração de Resultados



Gráfico XXIII – Estrutura dos Proveitos e Ganhos Correntes



Fonte: Demonstração de Resultados

Para finalizar, apresentam-se dois quadros. Um representativo da evolução dos principais agregados e resultados Demonstração de Resultados ¹ e outro com os valores da Demonstração de Resultados para o ano de relato.

Tabela XXIV– Evolução dos valores da Demonstração de Resultados

	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Total de Custos e Perdas	€ 15.662.367,27	€ 17.217.704,42	€ 15.876.736,41	€ 16.223.594,09	€ 16.629.776,79	
Total de Proveitos e Ganhos	€ 16.326.440,57	€ 15.986.155,10	€ 16.342.917,73	€ 17.341.045,66	€ 16.968.010,78	
Resultado Líquido do Período	€ 664.073,30	-€ 1.231.549,32	€ 466.181,32	€ 1.117.451,57	€ 338.233,99	

Fonte: Demonstração de Resultados

¹ Conforme referido, na análise deste quadro deverá ter-se em atenção que os valores relativos aos anos posteriores a 2019 resultam de uma adaptação das rubricas da Demonstração de Resultados em SNC, às respetivas em POCAL, pelo que os valores são meramente comparativos.

Tabela XXV – Demonstração de Resultados ¹

	2019	2020
Impostos, contribuições e taxas	€ 4.776.868,48	€ 5.107.433,65
Vendas	€ 88.393,43	€ 69.894,41
Prestações de serviços e concessões	€ 1.291.078,74	€ 842.914,97
Transferências e subsídios correntes obtidos	€ 9.473.978,80	€ 9.108.812,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-€ 314.051,69	-€ 365.624,22
Fornecimentos e serviços externos	-€ 4.519.024,27	-€ 4.307.894,13
Gastos com pessoal	-€ 5.202.022,80	-€ 5.254.163,87
Transferências e subsídios concedidos	-€ 1.520.420,52	-€ 1.720.388,92
Outros rendimentos	€ 1.533.842,85	€ 1.838.955,68
Outros gastos	-€ 120.314,30	-€ 125.716,19
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	€ 5.488.328,72	€ 5.194.223,45
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-€ 4.488.372,97	-€ 4.806.341,10
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	€ 999.955,75	€ 387.882,35
Juros e rendimentos similares obtidos	€ 176.883,36	€ 0,00
Juros e gastos similares suportados	-€ 59.387,54	-€ 49.648,36
Resultado antes de impostos	€ 1.117.451,57	€ 338.233,99
Resultado líquido do período	€ 1.117.451,57	€ 338.233,99

Fonte: Demonstração de Resultados

¹ Valores de 2019, após Reconciliação para balanço de abertura, conforme Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras



4.º – Dívida do Município

A dívida total apurada para o Município, é a apresentada no mapa seguinte, de acordo com a Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas:

Tabela XXVI - Apuramento da Dívida Total

ENTIDADES	Passivo não corrente (total) (1)	Passivo não corrente - Provisões (2)	Passivo não corrente - Diferimentos (3)	Passivo corrente (total) (4)	Passivo corrente - Diferimentos (5)	Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALEI (6)	Saldo final de operações de tesouraria (7)	Fundo de Apoio Municipal (8)	Empréstimos bancários excluídos do cálculo (9)	Dívida Total (10) = 1-2-3+4-5-6-7-8-9
Município	8.407.538,80	0,00	3.090.232,23	2.610.657,39	0,00	0,00	695.885,28	0,00	2.743.376,14	4.488.702,54
Serviços Municipalizados ¹										
Serviços Intermunicipalizados ¹										
Entidades Intermunicipais ¹ :										
Área Metropolitana										
Comunidade Intermunicipal										107.386,89
Entidades associativas municipais ¹ :										
Associações de Freguesias										
Associações de Municípios										120.913,52
Empresas locais										
Empresas participadas										
Cooperativas										6.729,54
Fundações										
Entidades de outra natureza										
TOTAL	8.407.538,80	0,00	3.090.232,23	2.610.657,39	0,00	0,00	695.885,28	0,00	2.743.376,14	4.723.732,49

Fonte: Mapa de Apuramento da Dívida Total (Modelo 14 Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas)

Em termos estruturais, de acordo com o mapa de empréstimos o Município tinha a decorrer em 31 de dezembro, 20 operações de crédito

Nos termos do n.º 4 do artigo 40.º do RFALEI, para efeitos da verificação do equilíbrio orçamental, “consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.”

De acordo com a metodologia proposta no Mapa de Empréstimos constante do Modelo 18 Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, o cálculo da amortização média, a ter em consideração para o cumprimento da Regra do Equilíbrio, verificada no Ponto 2.2 do presente Relatório, encontra-se indicada na seguinte tabela:

Tabela XXVII – Amortização Média

	Empréstimos contratados até 31/12/2013	Empréstimos contratados após 01/01/2014	Amortização Média Total
Amortização média	€ 747.124,53	€ 78.154,49	€ 825.279,03

Fonte: Mapa de Empréstimos (Modelo 18 Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas)

4.1 – Limite da dívida

Nos termos do artigo 52.º do RFALEI, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No caso do Município de Oliveira do Bairro, temos:



Tabela XXVIII – Limite da dívida

		Valor
Receita Corrente Líquida	2017	€ 14.117.066,42
	2018	€ 14.885.251,85
	2019	€ 15.304.195,55
Total		€ 44.306.513,82
Média últimos 3 anos		€ 14.768.837,94
Limite dívida total (Artº 52º RFALEI)		€ 22.153.256,91

Fonte: Mapas de Controlo Orçamental da Despesa

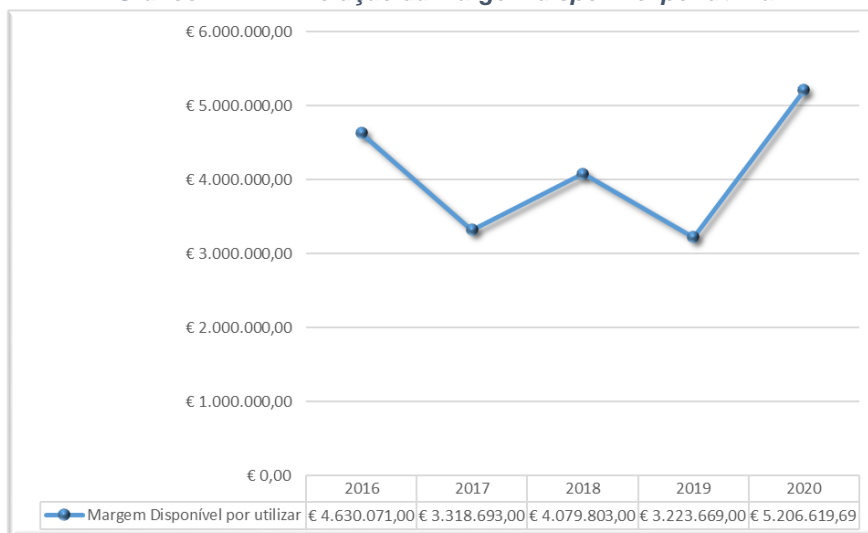
No que respeita à aferição da margem disponível a utilizar, para cumprimento do artigo 52.º do RFALEI, a DGAL disponibilizou, até ao ano de 2019, na plataforma SIAL, os valores respetivos, em conjunto com a Relatório "Ficha do Município". Com a entrada em vigor do SNC-AP, os reportes relevantes para esta aferição passaram a ser efetuados via Plataforma SISAL, tendo deixado de estar disponíveis. Assim, para o ano de reporte, o cálculo deste indicador foi feito tendo em consideração a metodologia seguida pela DGAL.

Tabela XXIX – Aferição da margem disponível por utilizar a 31 de dezembro¹

Limite dívida total (Artº 52º RFALEI) (1)	Data	Total da dívida a terceiros (2)	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part. (3)	Dívida Total (4) = (2) + (3)	Dívida total, excluindo Não orçamentais, Capital excecinado e FAM (5)	Montante em Excesso (6) = (5) - (1), se (5) > (1)	Margem absoluta (7) = (1) - (5), se (5) < (1)	Margem Utilizável (8) = (7) * 20%
€ 22.153.256,91	01/01/2020	€ 8.310.199,48	€ 230.113,00	€ 8.540.312,48	€ 6.874.626,00		€ 15.278.630,91	€ 3.055.726,18
	31/12/2020	€ 7.927.963,96	€ 235.029,95	€ 8.162.993,91	€ 4.723.732,49		€ 17.429.524,42	€ 3.485.904,88
Variação da Dívida Total					-31,29%			
							Margem disponível por utilizar (8) início do período + (5) no início do período - (5) no final do período	€ 5.206.619,69

Fonte: Balanço e Mapa de Empréstimos

Gráfico XXIV – Evolução da margem disponível por utilizar



Fonte: Balanço e Mapa de Empréstimos

¹ O valor da Dívida a terceiros a considerar nesta metodologia corresponde ao total do Passivo subtraído dos diferimentos



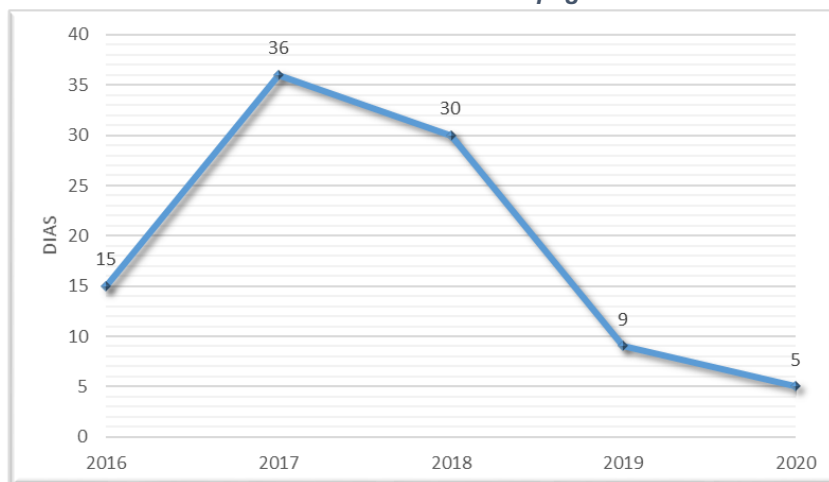
4.2 – Prazo médio de pagamento

O cálculo do prazo médio de pagamentos na Administração Pública obedece às regras constantes no Despacho n.º 9870/2009, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 71/2009, de 13 de abril.

Para as autarquias locais, a DGAL disponibilizou, até ao ano de 2019, na plataforma SIIAL, os valores respetivos, em conjunto com a Relatório “Ficha do Município”. Com a entrada em vigor do SNC-AP, os valores relativos a este indicador deixaram de estar disponíveis, pelo que o respetivo cálculo foi feito tendo em consideração a metodologia seguida pela DGAL e a tabela de correspondência entre os planos de contas centrais em POCAL e SNC-AP.

No ano da presente prestação verifica-se a manutenção da tendência para a diminuição do prazo médio de pagamentos.

Gráfico XXV – Prazo médio de pagamentos



Fonte: Relatórios SIIAL e Balançetes do Plano da Contabilidade Geral para 2020



5.º – Apresentação de Indicadores de Gestão

5.1 – Rácios de Estrutura da Receita e Despesa

Tabela XXX – Rácios de Estrutura da Receita e Despesa

	2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
$\frac{\text{Receita Total}}{\text{Despesa Total}}$	108,34%	102,40%	106,26%	108,09%	118,88%	
$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Receita Total}}$	85,81%	87,36%	92,48%	78,78%	76,70%	
$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$	130,49%	135,59%	129,15%	136,86%	145,59%	
$\frac{\text{Despesa Corrente}}{\text{Despesa Total}}$	71,25%	65,98%	76,10%	62,22%	62,63%	
$\frac{\text{Impostos Diretos}}{\text{Receita Total}}$	25,62%	25,97%	27,94%	24,07%	24,47%	
$\frac{\text{Passivos Financeiros}}{\text{Receita Total}}$	5,00%	5,01%	5,04%	3,84%	3,67%	
$\frac{\text{Transf. Correntes}}{\text{Receita Corrente}}$	52,89%	56,60%	55,00%	54,71%	56,89%	
$\frac{\text{Transf. de Capital}}{\text{Receita de Capital}}$	81,29%	86,55%	86,91%	65,71%	88,40%	
$\frac{\text{Investimento}}{\text{Despesa Total}}$	12,68%	18,23%	13,24%	29,10%	28,55%	
$\frac{\text{Passivos Financeiros}}{\text{Despesa Total}}$	5,42%	5,13%	5,36%	4,15%	4,36%	

Fonte: DDORC, DOREC e DODES

Para o ano em análise verificou-se uma melhoria da cobertura da despesa total pela receita, verificando-se também uma estabilização do peso da despesa corrente no total da despesa.

O peso dos passivos financeiros sobre a receita total, bem como sobre a despesa total, mantém a tendência para a diminuição.

Salienta-se também, a estabilização do valor do peso das despesas de investimento na despesa total, após o aumento verificado no exercício anterior.



5.2 – Indicadores e Rácios Patrimoniais

Conforme referido aquando da análise ao Balanço, o valor do Total do Passivo em sede de POCAL, incluía o valor relativo aos Proveitos Diferidos, os quais, com a entrada em vigor do SNC-AP, se encontram relevados na rubrica de Outras Variações do Património Líquido

Assim, mantendo os valores dos rácios patrimoniais apresentados em relatórios anteriores, a comparabilidade entre os mesmos estaria comprometida, especialmente no que se refere à Solvabilidade e à Autonomia Financeira. Por este motivo, os valores apresentados para estes dois indicadores, para os anos anteriores ao da prestação foi corrigido, por forma ao valor dos Proveitos Diferidos serem diminuídos ao Passivo Total e adicionados ao Património.

Tabela XXXI – Rácios Patrimoniais

		2016	2017	2018	2019	2020	Linha de tendência
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	82,29%	51,97%	99,28%	152,63%	349,31%	
Liquidez Reduzida	$\frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$	80,50%	49,40%	94,82%	147,38%	343,09%	
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Corrente}}$	66,07%	36,57%	75,63%	124,06%	150,77%	
Solvabilidade	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Passivo Total}}$	842,25%	875,23%	1096,55%	1131,58%	816,30%	
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	89,39%	89,75%	91,64%	91,88%	89,09%	
Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{RLE}}{\text{Ativo Total}}$	0,62%	-1,18%	0,46%	1,09%	0,34%	

Fonte: Balanço

Liquidez Geral – Representa a relação entre os ativos em dinheiro (ou facilmente convertíveis) com o montante que será exigível à entidade a curto prazo. No ano da prestação, verifica-se a manutenção da tendência para a melhoria deste indicador, fruto em grande parte da diminuição do passivo de curto prazo.

Liquidez Reduzida e Imediata – Indicadores semelhantes ao anterior, mas que excluem as existências (liquidez reduzida) e as existências e dívidas de terceiros de curto prazo (liquidez imediata). Mais uma vez, verificam-se valores nestes indicadores que garantem sem quaisquer problemas a satisfação dos valores exigíveis a curto prazo, das disponibilidades.

Solvabilidade – representa a capacidade da entidade em pagar os seus compromissos. O indicador apresenta uma redução, fruto em grande parte da variação no Resultado Líquido.

Autonomia Financeira – Representa a dependência da entidade face aos capitais alheios. O indicador apresenta uma redução, fruto em grande parte da variação no Resultado Líquido.

Rentabilidade do Ativo – Representa a capacidade dos ativos da entidade em gerar resultados.



6.º – Outros Factos Relevantes Verificados após a Data de Relato

O saldo de operações orçamentais para a gerência seguinte (€ 3.240.198,91) foi integrado nos documentos previsionais para 2021, através de alteração orçamental modificativa, aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de 16/02/2021 (reunião de 02/03/2021), nos termos das disposições conjugadas do artigo 130.º da Lei do Orçamento de Estado para 2021, da NCP 26 do SNC-AP (Contabilidade e Relato Orçamental) e do RFALEI.

Com as contas ora apresentadas, não se verifica qualquer variação no valor então apurado para o Saldo de Gerência de Operações Orçamentais do exercício de 2020, não há, por este motivo, necessidade de proceder a qualquer modificação orçamental.

No atual momento de crise devido ao surto pandémico, não é possível prever os efeitos sobre a atividade futura do Município.



7.º – Proposta de aplicação do Resultado

Propõe-se que o resultado líquido do exercício positivo, no montante de € 338.233,99 seja transferido integralmente para a conta 56 – Resultados Transitados.



Conclusões

O Relatório Gestão evidencia a situação económica, orçamental e financeira do exercício do ano de 2020. Realça-se o rigor financeiro, consubstanciado no cumprimento e melhoria dos limites da legais da dívida previstos no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Da situação económica e financeira do Município apresentada, apresentam-se ainda:

1.º – Uma execução Orçamental de:

- a) 89,70 % da dotação da Receita;
- b) 75,46 % da dotação da Despesa;

2.º – O grau de execução das Grandes Opções do atingiram:

- a) GOP – 63,70 %;
- b) PPI – 57,41 %;
- c) PAM – 76,61 %;

3.º – Margem disponível: € 5.206.619,69;

4.º – Pagamentos em atraso em 31 de dezembro – Inexistente;

5.º – Prazo médio de pagamentos – redução para 5 dias;

6.º – Resultado Líquido do Período – € 338.233,99;

7.º – Saldo de Gerência – € 3.240.198,91

No último ato eleitoral autárquico, o CDS-PP apresentou-se à eleição com um programa eleitoral assente em 4 pilares essenciais. Mais Desenvolvimento Económico e Emprego; Melhor Gestão Autárquica; Mais Transparente e Mais Rigorosa; Melhor Educação; Melhor Qualidade de Vida.

Chegados ao final do terceiro ano, e sendo este o último relatório de gestão analisado e votado ainda durante este mandato, importa fazer um balanço do trabalho feito, de forma sucinta, mas enquadrando também aquilo que previsivelmente ainda será feito no último mandato.

Na prioridade definida para o desenvolvimento económico salienta-se o investimento na aquisição de terrenos para a expansão das zonas industriais de Vila Verde e da Palhaça.

O Concelho de Oliveira do Bairro beneficia de uma excelente localização relativamente aos principais eixos rodoviários da região. Esta localização e o empreendedorismo natural dos nossos empresários têm gerado uma grande procura de terrenos para novas unidades industriais, que não podemos desperdiçar.

Ainda durante este ano terão início as obras em Vila Verde, seguindo-se na Palhaça. Entretanto também será requalificada a Rua 18 de Fevereiro em Bustos, tornando muito mais fácil a mobilidade na Zona Industrial.



Em termos de Gestão Autárquica destacou-se a criação do Regulamento de Apoios Associativos, que permitiu um aumento do apoio associativo, com critérios definidos. Durante o mandato verificou-se também uma racionalização e reforço de meios humanos e técnicos, que permitiram ganhos de eficiência substanciais nos procedimentos administrativos da autarquia. O Município de Oliveira do Bairro é hoje uma referência positiva nos prazos médios de pagamentos, na aprovação de candidaturas e na celeridade de gestão dos processos.

Na continuidade do enorme investimento feito pelos Executivos anteriores, também neste mandato foi feito um investimento significativo na educação no Concelho. Concretizou-se finalmente a requalificação da Escola Fernando Peixinho e fizeram-se obras de beneficiação do IEC, no Conservatório de Artes da Bairrada e no Pavilhão Desportivo Municipal. Também foi aumentada a oferta de serviço nos transportes escolares e finalmente foram criados abrigos dignos para as nossas crianças. Para definição da estratégia na educação a médio prazo, iniciou-se a revisão da Carta Educativa.

Mas a vitória mais simbólica e importante neste setor, foi a abertura da Extensão Frei Gil, garantindo assim a igualdade no acesso ao ensino, a ponte do Concelho. O regresso do ensino ao Frei Gil significou a reversão de uma injustiça praticada há alguns anos e oferta de ensino naquele local, com todos os benefícios económicos e sociais inerentes.

A melhoria da qualidade de vida das nossas populações foi uma preocupação permanente neste mandato. O enorme investimento feito na rede viária do Concelho, com um investimento superior a 4 milhões de euros é prova evidente da estratégia e planeamento delineados.

A melhoria do serviço na qualidade da recolha dos resíduos sólidos urbanos e aumento da oferta neste setor com início da recolha porta-a-porta dos resíduos provenientes da reciclagem por parte das famílias, foi mais um passo marcante deste mandato.

A criação do Parque dos Pinheiros Mansos e dos percursos pedonais na zona ribeirinha do Concelho (finalmente arrancou a obra da Polis em Perrães), são marcas do nosso empenho neste sector. Também a limpeza dos rios Cértima e Levira (esta a acontecer ainda durante este mandato) são referências marcantes na proteção do meio ambiente concelhio.

A Saúde é uma preocupação fundamental e como tal não ficou para trás. Iniciamos neste mandato a construção dos Postos de Saúde na Palhaça e na União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.

Melhorar a qualidade de vida no Concelho implica políticas sociais ativas e inclusivas. A implementação do CLAIM de forma inovadora a nível nacional foi um exemplo perfeito dessa prioridade. A aprovação do Plano Estratégico de Habitação Social definiu a estratégia para este setor, a vigorar nos próximos anos.

A criação do Pelouro da Idade Maior significou a assunção da preocupação cada vez maior, com aqueles que nos antecederam, que estão numa fase mais avançada das suas vidas e que merecem a nossa proteção e carinho. O protocolo com a ANF para vacinação contra a gripe, e o protocolo Abem para pagamento de remédios aos mais carenciados, foram algumas das iniciativas mais marcantes, de ajuda a quem tanto necessita.



A qualidade de vida não é indissociável de mais e melhor cultura. Neste sentido foram incrementados e aumentados os protocolos com as associações culturais do Concelho. De forma a otimizar o potencial de um espaço com as características do Quartel das Artes, foi redirecionada a programação cultural do mesmo, dando-lhe uma dimensão nacional há muito necessário.

Este mandato ficou marcado definitivamente pela pandemia de Covid19, que assolou o mundo inteiro. Neste âmbito, o município de Oliveira do Bairro foi um exemplo marcante do papel decisivo e fundamental que o poder local teve nesta matéria. Respondemos de forma eficaz e atempada, na implementação de medidas de proteção e prevenção, (testagem massiva, oferta de EPI's às associações e IPSS's concelhias, escolas, população em geral e comércio local). Promovemos condições e equipamentos tecnológicos aos alunos do concelho para garantir o acesso ao ensino à distância. Criámos um apoio para as micro e pequenas empresas afetadas pela pandemia e programas de apoio à habitação e a bens de primeira necessidade. Desde o começo da pandemia, o Município de Oliveira do Bairro investiu mais de um milhão de euros em apoios nesta área.

Passados três anos e a poucos meses do final do mandato, o balanço é claramente positivo e motivo de orgulho para todos nós. Encontramos hoje um Concelho mais desenvolvido, mais próspero, mais rico e com melhor qualidade de vida. Demos o nosso melhor, com sentido de responsabilidade, muito trabalho e dedicação total ao serviço público. No final do mandato, o povo fará o seu julgamento.

O Presidente da Câmara,

Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.